

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--------------------------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17
--------------------------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	20
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	76
----------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	78
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	79
--------------------------------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	14.705
Preferenciais	22.242
Total	36.947
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	2.150.290	2.086.312
1.01	Ativo Circulante	898.171	903.352
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	388.413	412.344
1.01.03	Contas a Receber	61.689	59.317
1.01.03.01	Clientes	41.395	42.003
1.01.03.01.01	Revendedores	41.395	42.003
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.294	17.314
1.01.03.02.01	Ativo Financeiro Indenizável	20.294	17.314
1.01.04	Estoques	1.814	1.826
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.396	3.946
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.396	3.946
1.01.07	Despesas Antecipadas	360	396
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	440.499	425.523
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	255.400	255.400
1.01.08.03	Outros	185.099	170.123
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	9.512	7.642
1.01.08.03.02	Outros Créditos	10.921	8.965
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro - Sabesp	9.470	8.708
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	154.710	144.576
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	486	232
1.02	Ativo Não Circulante	1.252.119	1.182.960
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	855.978	791.523
1.02.01.07	Tributos Diferidos	104.557	92.040
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	104.557	92.040
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	751.421	699.483
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	58.970	57.723
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizável	401.577	358.573
1.02.01.10.06	Ativo Reversível da Concessão	195.374	195.374
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro - Sabesp	95.500	87.813
1.02.02	Investimentos	301.149	298.007
1.02.03	Imobilizado	76.030	76.907
1.02.04	Intangível	18.962	16.523
1.02.04.01	Intangíveis	18.962	16.523

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	2.150.290	2.086.312
2.01	Passivo Circulante	123.331	151.159
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.229	3.626
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.229	3.626
2.01.02	Fornecedores	8.795	4.639
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.795	4.639
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.123	3.511
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.051	3.372
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a pagar	3.254	3.339
2.01.03.01.03	Demais obrigações federais a pagar	797	33
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	72	139
2.01.05	Outras Obrigações	108.184	139.383
2.01.05.02	Outros	108.184	139.383
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.532	31.586
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	14.790	19.948
2.01.05.02.05	Obrigações Setoriais	4.163	4.041
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	175	170
2.01.05.02.07	Benefícios pós emprego, previdência complementar	61.616	60.000
2.01.05.02.08	Obrigações Especiais - RGR	1.801	1.801
2.01.05.02.10	Outras obrigações - Investimentos na concessão	20.294	17.314
2.01.05.02.11	Outras obrigações - COMGÁS	626	626
2.01.05.02.12	Outros passivos	1.187	3.897
2.02	Passivo Não Circulante	876.641	846.664
2.02.02	Outras Obrigações	756.624	741.465
2.02.02.02	Outros	756.624	741.465
2.02.02.02.03	Obrigações Setoriais	769	769
2.02.02.02.04	Benefícios pós emprego, previdência complementar	272.259	298.121
2.02.02.02.05	Obrigações Especiais - RGR	2.248	3.599
2.02.02.02.06	Outras obrigações - Investimentos na concessão	470.600	427.753
2.02.02.02.07	Outras obrigações - COMGÁS	10.748	11.223
2.02.04	Provisões	120.017	105.199
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	110.602	98.509
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	15.731	10.862
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	44.216	35.488
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	50.655	52.159
2.02.04.02	Outras Provisões	9.415	6.690
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	9.301	6.597
2.02.04.02.04	Outras Provisões	114	93
2.03	Patrimônio Líquido	1.150.318	1.088.489
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	373.083	373.083

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.03.04.01	Reserva Legal	49.305	49.305
2.03.04.02	Reserva Estatutária	222.387	222.387
2.03.04.03	Reserva para Contingências	101.391	101.391
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	61.829	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	42.865	42.865

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	147.679	429.049	162.572	417.287
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-105.112	-313.539	-102.294	-314.803
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-105.112	-313.539	-102.294	-314.803
3.03	Resultado Bruto	42.567	115.510	60.278	102.484
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-18.685	-55.555	-21.295	-51.387
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26.996	-80.302	-25.535	-69.183
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	128	2.186	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-2.510	-2.310
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.183	22.561	6.750	20.106
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	23.882	59.955	38.983	51.097
3.06	Resultado Financeiro	13.431	50.880	19.514	54.848
3.06.01	Receitas Financeiras	13.487	51.141	19.936	56.773
3.06.01.01	Receitas Financeiras	11.454	36.446	15.769	47.899
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	2.033	14.695	4.167	8.874
3.06.02	Despesas Financeiras	-56	-261	-422	-1.925
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-56	-261	-422	-1.925
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	37.313	110.835	58.497	105.945
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	380	-19.115	-17.395	-8.113
3.08.01	Corrente	-6.106	-31.634	-12.702	-39.377
3.08.02	Diferido	6.486	12.519	-4.693	31.264
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	37.693	91.720	41.102	97.832
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	37.693	91.720	41.102	97.832
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	1,06	2,58	1,15	2,75
3.99.01.02	ON	0,96	2,34	1,05	2,5

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	37.693	91.720	41.102	97.832
4.03	Resultado Abrangente do Período	37.693	91.720	41.102	97.832

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	95.726	76.557
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	173.045	162.400
6.01.01.01	Lucro líquido do período	91.720	97.832
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-22.562	-20.106
6.01.01.03	Depreciação/amortização	1.752	1.925
6.01.01.04	Despesa de entidade de plano de previdência	22.867	30.857
6.01.01.05	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	23.512	-6.174
6.01.01.06	Tributos diretos	17.656	3.533
6.01.01.07	Juros e variações monetárias do arrendamento UTP Piratininga	-10.134	-5.875
6.01.01.08	Provisão - Investimentos na Concessão	59.978	67.563
6.01.01.09	Juros e variações monetárias acordo Sabesp	-8.449	-8.380
6.01.01.10	Apropriação Comgás	-475	-470
6.01.01.11	Ganho na alienação de bens e direitos	-2.820	-766
6.01.01.12	Indenizações - desapropriações	0	-23
6.01.01.13	Baixa - terrenos vinculados à concessão	0	2.484
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-77.319	-85.843
6.01.02.01	Revendedores	608	-1.154
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	2.046	-2.408
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-1.450	4.300
6.01.02.04	Encargos de uso da rede elétrica	5	-7
6.01.02.05	Estoques	12	10
6.01.02.06	Despesas antecipadas	36	3.497
6.01.02.07	Cauções e depósitos vinculados	-1.501	-4.158
6.01.02.08	Outros créditos	-2.536	-2.093
6.01.02.09	Fornecedores	4.156	-391
6.01.02.10	Folha de pagamento	-4.117	-466
6.01.02.11	Obrigações estimadas - folha de pagamento	-3.920	-5.006
6.01.02.12	Contribuições para plano de previdência	-44.234	-41.888
6.01.02.13	Tributos e contribuições sociais	-3.619	-4.808
6.01.02.14	Obrigações setoriais	122	1.462
6.01.02.15	Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	-8.694	-11.309
6.01.02.16	Obrigações especiais - RGR	-1.351	-1.351
6.01.02.17	Outros	-2.709	2.192
6.01.02.18	Imposto de renda e contribuição social pagos	-30.173	-34.796
6.01.02.19	Dividendos recebidos	20.000	12.531
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-64.545	-1.118
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-14	-41
6.02.02	Ativos financeiros indenizáveis	-64.051	-73.464
6.02.03	Aquisição de intangível	-3.300	-2.578
6.02.04	Recebimento de arrendamento financeiro	0	74.163
6.02.05	Recebimento da venda de ativo imobilizado	2.820	779
6.02.06	Indenizações - desapropriações	0	23
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-55.112	-64.971
6.03.01	Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	-55.112	-64.971

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-23.931	10.468
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	412.344	421.891
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	388.413	432.359

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	373.083	0	42.865	1.088.489
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	373.083	0	42.865	1.088.489
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-29.891	0	-29.891
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-29.891	0	-29.891
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	91.720	0	91.720
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	91.720	0	91.720
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	373.083	61.829	42.865	1.150.318

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	360.131	0	91.510	1.124.182
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	360.131	0	91.510	1.124.182
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-44.640	-18.318	0	-62.958
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.318	0	-18.318
5.04.08	Aprovação de dividendo adicional proposto	0	0	-44.640	0	0	-44.640
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	97.832	0	97.832
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	97.832	0	97.832
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	315.491	79.514	91.510	1.159.056

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
7.01	Receitas	476.467	464.778
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	412.499	393.779
7.01.02	Outras Receitas	2.186	-2.310
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	61.599	73.309
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	183	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-259.955	-236.062
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-259.955	-236.062
7.03	Valor Adicionado Bruto	216.512	228.716
7.04	Retenções	-1.752	-1.925
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.752	-1.925
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	214.760	226.791
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	73.702	76.879
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	22.561	20.106
7.06.02	Receitas Financeiras	36.446	47.899
7.06.03	Outros	14.695	8.874
7.06.03.01	Variações monetárias líquidas	14.695	8.874
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	288.462	303.670
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	288.462	303.670
7.08.01	Pessoal	110.065	112.760
7.08.01.01	Remuneração Direta	78.871	77.028
7.08.01.02	Benefícios	22.867	30.858
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.327	4.874
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	80.810	86.126
7.08.02.01	Federais	72.075	76.414
7.08.02.03	Municipais	8.735	9.712
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.867	6.952
7.08.03.01	Juros	261	1.925
7.08.03.02	Aluguéis	5.606	5.027
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	91.720	97.832
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	29.891	18.318
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	61.829	79.514

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	2.150.985	2.087.290
1.01	Ativo Circulante	915.830	915.065
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	406.951	426.282
1.01.03	Contas a Receber	67.077	64.583
1.01.03.01	Clientes	46.783	47.269
1.01.03.01.01	Revendedores	46.783	47.269
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.294	17.314
1.01.03.02.01	Ativo Financeiro Indenizável	20.294	17.314
1.01.04	Estoques	1.814	1.826
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.911	3.946
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.911	3.946
1.01.07	Despesas Antecipadas	496	413
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	434.581	418.015
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	255.400	255.400
1.01.08.03	Outros	179.181	162.615
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	9.556	7.642
1.01.08.03.02	Outros Créditos	4.959	1.457
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro - Sabesp	9.470	8.708
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	154.710	144.576
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	486	232
1.02	Ativo Não Circulante	1.235.155	1.172.225
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	855.978	791.523
1.02.01.07	Tributos Diferidos	104.557	92.040
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	104.557	92.040
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	751.421	699.483
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	58.970	57.723
1.02.01.10.04	Ativo Financeiro Indenizável	401.577	358.573
1.02.01.10.05	Ativo Reversível da Concessão	195.374	195.374
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro - Sabesp	95.500	87.813
1.02.02	Investimentos	146.214	146.220
1.02.03	Imobilizado	214.001	217.926
1.02.04	Intangível	18.962	16.556
1.02.04.01	Intangíveis	18.962	16.556

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	2.150.985	2.087.290
2.01	Passivo Circulante	124.026	152.137
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.229	3.626
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.229	3.626
2.01.02	Fornecedores	9.321	5.136
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.321	5.136
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.282	3.984
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.206	3.842
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	316
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a pagar	3.408	3.487
2.01.03.01.03	Demais obrigações federais a pagar	798	39
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	76	142
2.01.05	Outras Obrigações	108.194	139.391
2.01.05.02	Outros	108.194	139.391
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.532	31.586
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	14.790	19.948
2.01.05.02.05	Obrigações setoriais	4.171	4.049
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	175	170
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	61.616	60.000
2.01.05.02.08	Outras obrigações - Investimentos na concessão	20.294	17.314
2.01.05.02.09	Outras obrigações - Comgás	626	626
2.01.05.02.10	Obrigações Especiais - RGR	1.801	1.801
2.01.05.02.12	Outros Passivos	1.189	3.897
2.02	Passivo Não Circulante	876.641	846.664
2.02.02	Outras Obrigações	756.624	741.465
2.02.02.02	Outros	756.624	741.465
2.02.02.02.03	Obrigações setoriais	769	769
2.02.02.02.04	Outras obrigações - Investimentos na concessão	470.600	427.753
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	272.259	298.121
2.02.02.02.06	Obrigações Especiais - RGR	2.248	3.599
2.02.02.02.07	Outras obrigações - Comgás	10.748	11.223
2.02.04	Provisões	120.017	105.199
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	110.602	98.509
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	15.731	10.862
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	44.216	35.488
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	50.655	52.159
2.02.04.02	Outras Provisões	9.415	6.690
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	9.301	6.597
2.02.04.02.04	Outras Provisões	114	93
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.150.318	1.088.489
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.03.04	Reservas de Lucros	373.083	373.083
2.03.04.01	Reserva Legal	49.305	49.305
2.03.04.02	Reserva Estatutária	222.387	222.387
2.03.04.03	Reserva para Contingências	101.391	101.391
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	61.829	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	42.865	42.865

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	159.462	463.153	173.596	449.902
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-108.721	-324.858	-106.627	-327.474
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-108.721	-324.858	-106.627	-327.474
3.03	Resultado Bruto	50.741	138.295	66.969	122.428
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-26.895	-78.207	-28.069	-71.568
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.023	-80.385	-25.559	-69.258
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	128	2.186	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-2.510	-2.310
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-8	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	23.846	60.088	38.900	50.860
3.06	Resultado Financeiro	14.048	52.304	20.168	56.807
3.06.01	Receitas Financeiras	14.104	52.566	20.596	58.824
3.06.01.01	Receitas Financeiras	12.071	37.871	16.429	49.950
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	2.033	14.695	4.167	8.874
3.06.02	Despesas Financeiras	-56	-262	-428	-2.017
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-56	-262	-428	-2.017
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	37.894	112.392	59.068	107.667
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-201	-20.672	-17.966	-9.835
3.08.01	Corrente	-6.687	-33.191	-13.273	-41.099
3.08.02	Diferido	6.486	12.519	-4.693	31.264
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	37.693	91.720	41.102	97.832
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	37.693	91.720	41.102	97.832
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	91.720	41.102	97.832
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	1,06	2,58	1,15	2,75
3.99.01.02	ON	0,96	2,34	1,05	2,5

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	37.693	91.720	41.102	97.832
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	37.693	91.720	41.102	97.832
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	37.693	91.720	41.102	97.832

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	100.639	87.381
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	199.008	187.232
6.01.01.01	Lucro líquido do período	91.720	97.832
6.01.01.02	Depreciação/amortização	5.147	5.318
6.01.01.03	Despesa de entidade de plano de previdência	22.867	30.857
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	6	0
6.01.01.05	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	23.512	-6.174
6.01.01.06	Tributos diretos	17.656	4.866
6.01.01.07	Indenizações - desapropriações	0	-23
6.01.01.08	Juros e variações monetárias do arrendamento UTP Piratininga	-10.134	-5.875
6.01.01.09	Provisão - Investimentos na Concessão	59.978	67.563
6.01.01.10	Juros e variações monetárias acordo Sabesp	-8.449	-8.380
6.01.01.11	Apropriação Comgás	-475	-470
6.01.01.12	Ganho na alienação de bens e direitos	-2.820	-766
6.01.01.13	Baixa - terrenos vinculados à concessão	0	2.484
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-98.369	-99.851
6.01.02.01	Revendedores	486	-1.234
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	1.686	-2.408
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-965	4.474
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social pagos	-30.173	-36.129
6.01.02.05	Estoques	12	10
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-83	3.354
6.01.02.07	Cauções e depósitos vinculados	-1.501	-4.158
6.01.02.08	Outros créditos	-3.502	-2.181
6.01.02.09	Fornecedores	4.185	-384
6.01.02.10	Folha de pagamento	-4.117	-466
6.01.02.11	Obrigações estimadas - folha de pagamento	-3.920	-5.006
6.01.02.12	Contribuições para plano de previdência	-44.234	-41.888
6.01.02.13	Tributos e contribuições sociais	-3.617	-4.823
6.01.02.14	Obrigações especiais - RGR	-1.351	-1.351
6.01.02.15	Obrigações setoriais	122	1.463
6.01.02.16	Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	-8.694	-11.309
6.01.02.17	Encargos de uso da rede elétrica	5	-7
6.01.02.18	Outros	-2.708	2.192
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-64.859	-2.135
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-328	-1.058
6.02.02	Ativos financeiros indenizáveis	-64.051	-73.464
6.02.03	Aquisição de intangível	-3.300	-2.578
6.02.04	Recebimento de arrendamento financeiro	0	74.163
6.02.05	Recebimento da venda de ativo imobilizado	2.820	779
6.02.06	Indenizações - desapropriações	0	23
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-55.111	-64.971
6.03.01	Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	-55.111	-64.971
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-19.331	20.275

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	426.282	436.741
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	406.951	457.016

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	373.083	0	42.865	1.088.489	0	1.088.489
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	373.083	0	42.865	1.088.489	0	1.088.489
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-29.891	0	-29.891	0	-29.891
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-29.891	0	-29.891	0	-29.891
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	91.720	0	91.720	0	91.720
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	91.720	0	91.720	0	91.720
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	373.083	61.829	42.865	1.150.318	0	1.150.318

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	360.131	0	91.510	1.124.182	0	1.124.182
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	360.131	0	91.510	1.124.182	0	1.124.182
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-44.640	-18.318	0	-62.958	0	-62.958
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.318	0	-18.318	0	-18.318
5.04.08	Aprovação de dividendo adicional proposto	0	0	-44.640	0	0	-44.640	0	-44.640
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	97.832	0	97.832	0	97.832
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	97.832	0	97.832	0	97.832
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	315.491	79.514	91.510	1.159.056	0	1.159.056

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
7.01	Receitas	512.177	499.646
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	447.895	427.630
7.01.02	Outras Receitas	2.186	-2.310
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	61.913	74.326
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	183	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-264.815	-242.641
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-264.815	-242.641
7.03	Valor Adicionado Bruto	247.362	257.005
7.04	Retenções	-5.146	-5.317
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.146	-5.317
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	242.216	251.688
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	52.558	58.824
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9	0
7.06.02	Receitas Financeiras	37.872	49.950
7.06.03	Outros	14.695	8.874
7.06.03.01	Variações monetárias líquidas	14.695	8.874
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	294.774	310.512
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	294.774	310.512
7.08.01	Pessoal	112.862	115.850
7.08.01.01	Remuneração Direta	81.502	79.934
7.08.01.02	Benefícios	22.867	30.858
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.493	5.058
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	84.319	89.797
7.08.02.01	Federais	75.584	80.085
7.08.02.03	Municipais	8.735	9.712
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.873	7.033
7.08.03.01	Juros	262	2.002
7.08.03.02	Aluguéis	5.611	5.031
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	91.720	97.832
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	29.891	18.318
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	61.829	79.514

Comentário do Desempenho

Principais Indicadores

	3T23	3T24	Δ%	9M23	9M24	Δ%
OPERACIONAIS						
Potência instalada (MW)	960,8	960,8	-	960,8	960,8	-
Energia gerada (MWh)	249,0	357,1	43,4	1.085,6	937,7	-13,6
ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$ milhões)						
Receita Operacional Líquida (ROL)	173,6	159,5	-8,1	449,9	463,2	2,9
Custos dos serviços de energia elétrica	-106,6	-108,7	2,0	-327,5	-324,9	-0,8
Despesas gerais e administrativas	-25,6	-27,0	5,7	-69,3	-80,4	16,1
Resultado financeiro	20,2	14,1	-30,3	56,8	52,3	-7,9
LUCRO LÍQUIDO	41,1	37,7	-8,3	97,8	91,7	-6,2
EBTIDA Ajustado	56,4	38,1	-32,4	90,8	103,9	14,4
%/ROL Ajustada	43,7	28,3%	-15,4 p.p	24,0%	25,7%	1,7 p.p.
SOCIAIS						
Número de empregados	415	284	-31,6	415	284	-31,6
Receita líquida por empregado (R\$ milhões)	0,42	0,55	31,9	1,08	1,6	47,8

Desempenho Operacional

O desempenho operacional das usinas hidrelétricas no regime de cotas é apurado anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e, conforme seu resultado, pode incrementar ou reduzir a receita regulada das usinas, pela apuração do componente denominado Ajuste por Indisponibilidade - Aji da receita homologada - RAG.

O desempenho operacional nos primeiros nove meses de 2024 indica o pleno atendimento às metas de desempenho de cada usina no período e o potencial atendimento da meta anual. A PCH Pirapora que atua como produtora independente, possui a meta de desempenho regulatório de 80% da sua garantia física, e sua trajetória de geração de setembro indica a superação da meta em 19,3%.

Comentário do Desempenho

Receita Líquida

No 9M24, a Companhia registrou receita operacional líquida de R\$ 463,2 milhões, com crescimento de 2,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado inclui, além da receita regulada, o impacto positivo do início de faturamento pela cessão de área da Usina São Paulo, que contribuiu com R\$ 12,7 milhões, e pela locação da área onde se localiza a UTE Fernando Gasparian para a Petrobras, adicionando R\$ 13,2 milhões no acumulado de 2024. No terceiro trimestre, a receita totalizou R\$ 159,5 milhões, uma redução de 8,1% comparada ao terceiro trimestre de 2023, reflexo principalmente da diminuição na receita de construção de ativos da concessão, prestação de serviços e cotas de energia elétrica.

Custo do serviço de energia elétrica

Nos 9M24, os custos dos serviços de energia elétrica totalizaram R\$ 324,9 milhões, representando leve queda de 0,8% em relação aos R\$ 327,5 milhões registrados no mesmo período de 2023 (9M23). Essa variação foi influenciada pelas reduções nos custos de construção de ativos da concessão e na Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), reflexo da menor geração de energia elétrica no período. No terceiro trimestre, os custos dos serviços de energia elétrica somaram R\$ 108,7 milhões, um aumento de 2% em comparação com o terceiro trimestre de 2023, quando totalizaram R\$ 106,6 milhões. Esta variação deve-se, principalmente, ao incremento nas provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 80,4 milhões nos 9M24, aumento de 16,1% comparado ao mesmo período de 2023. A variação se justifica principalmente pelo aumento nas despesas de pessoal, no serviço de terceiros e nas despesas relacionadas ao Programa de Demissão Incentivada (PDI). No terceiro trimestre, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 27,0 milhões, 5,7% superior ao montante apurado no 3T23, quando totalizou R\$ 25,6 milhões.

Comentário do Desempenho

EBITDA Ajustado

O EBITDA ajustado para os 9M24 totalizou R\$ 103,9 milhões, com margem EBITDA em 25,7%, aumento de 14,4% na comparação anual, quando atingiu R\$ 90,8 milhões, com margem de 24%. O ajuste do EBITDA expurga a Receita relativa à Construção de Ativos da Concessão, gastos com PDI, parte da contribuição extraordinária do plano de previdência complementar e a rubrica Outras Receitas e Despesas.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro nos 9M24 foi positivo em R\$ 52,3 milhões, refletindo uma queda de 7,9% em relação ao 9M23, quando totalizou R\$ 56,8 milhões. A redução reflete a menor rentabilidade das aplicações financeiras, em decorrência da queda da taxa SELIC.

No 3T24, o resultado financeiro foi positivo em R\$ 14,1 milhões e 30,3% menor na comparação com o mesmo período do ano anterior, quando totalizou R\$ 20,2 milhões. O resultado é explicado pela redução na rentabilidade das aplicações financeiras e na remuneração da UTP Piratininga.

Lucro Líquido

O lucro líquido da Companhia atingiu R\$ 91,7 milhões no acumulado dos 9M24, o que representa uma redução de 6,2% na comparação com os 9M23 quando totalizou R\$ 97,8 milhões. No 3T24, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 37,7, 8,3% de redução na comparação com o mesmo período do ano anterior, quando totalizou R\$ 41,1 milhões.

Caixa Líquido e Endividamento

Ao final dos 9M24, a EMAE contava com disponibilidades no valor de R\$ 407,0 milhões, 4,5% menor em relação aos R\$ 426,3 milhões registrados ao final do ano de 2023. A Companhia não registrou endividamento no período.

Comentário do Desempenho

Eventos Subsequentes

Em 2 de outubro de 2024, foi concluída a transferência do controle acionário da Companhia para a Phoenix Água e Energia S.A., após a aprovação do CADE e da ANEEL. Com a operação, a Phoenix passou a deter 74,87% das ações ordinárias e 29,94% do capital social total da Companhia.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“EMAE” ou “Companhia”), em 30 de setembro de 2024, é uma sociedade de economia mista, por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Nessa data o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Fazenda do Estado de São Paulo, detém 97,61% das ações ordinárias da Companhia. Em destaque entre as ações preferenciais está a Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A que detém 62,82% das ações PN.

A Empresa se encontra no Programa Estadual de Desestatização, cujo processo foi finalizado em 02 de outubro de 2024, data em que houve a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, conforme Nota Explicativa 32 – Evento Subsequente.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, construção, operação e manutenção de sistemas de produção e a comercialização de energia elétrica.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

1.1 Usinas Hidrelétricas em Regime de Cotas

A EMAE opera o complexo hidroenergético Henry Borden, que compreende as estruturas do canal Pinheiros, os reservatórios e respectivos barramentos e estruturas de controle e vertimento, Guarapiranga, Billings e Rio das Pedras, na Região Metropolitana de São Paulo e a usina hidrelétrica Henry Borden, no município de Cubatão, e as usinas hidrelétricas - UHEs Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

Com a Medida Provisória 579 de 2012, convertida na lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a EMAE celebrou com a União, em 4 de dezembro de 2012, o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões relativas ao complexo Henry Borden e as usinas hidrelétricas Rasgão e Porto Góes. Em 7 de outubro de 2022 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao contrato tendo como objeto adequar o referido contrato de modo a formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden e Porto Góes, prorrogando até 7 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Henry Borden e até 24 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência dessas usinas da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo cada usina remunerada por Receita Anual de Geração (RAG) e submetida aos padrões de qualidade.

A RAG é calculada pela ANEEL, reajustada anualmente e revisada a cada 5 (cinco) anos. A tarifa resultante tem por objetivo cobrir a remuneração e os custos de operação, manutenção, administração, tributos e encargos setoriais como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D e compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos - CFURH.

Notas Explicativas

Desde a revisão tarifária de 2018, o valor da RAG passou a considerar também os investimentos em melhorias dos ativos da concessão de cada usina.

Para as geradoras no regime de cotas, não há encargos em função dos riscos hidrológicos, pois estes são assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência.

A EMAE teve participação ativa na discussão pública sobre o processo de revisão tarifária ocorrida em 2023, cujos resultados foram divulgados na Resolução Homologatória ANEEL nº 3.225/2023. Os valores aprovados decorrem da implementação de uma nova metodologia de cálculo, estabelecida no submódulo 12.1 do Procedimento de Revisão Tarifária (PRORET). Essa metodologia introduz um redutor anual de 0,7038% na parcela destinada a Operação e Manutenção (GAG O&M), como Fator de Eficiência, além de uma redução anual e progressiva na parcela destinada a Investimentos na Concessão (GAG Melhorias) para as usinas sob gestão da Companhia.

1.2 PCH Pirapora

A Pirapora Energia S.A., foi constituída como subsidiária integral da Companhia para a construção e gestão da Pequena Central Hidrelétrica Pirapora (PCH). Esta usina possui duas unidades geradoras, potência instalada de 25 MW e a garantia física de 17,17 MW.

A PCH Pirapora obteve autorização para operar por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429/2008, alterada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.972/2021, que redefiniu o prazo de vigência para 31 de dezembro de 2044. Esse prazo foi novamente prorrogado, estendendo-se até 02 de maio de 2045, como determinado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023. Em 2010, a empresa comercializou 16 MW no leilão ANEEL nº 03/2010, resultando em Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs) com 27 distribuidoras. O período de suprimento iniciou em 01 de janeiro de 2015 e terminará em 31 de dezembro de 2044, e o valor de venda é atualizado pela variação do IPCA na data base de reajuste de cada distribuidora.

1.3 Usina Termelétrica Piratininga

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termelétrica Piratininga (“UTE Piratininga”) em 27 de abril de 2007 para a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) que a opera em conjunto com a usina Fernando Gasparian, construída pela Petrobras em área da EMAE, aumentando a eficiência de ambas. O contrato tinha prazo de 17 anos, e na ocasião foi firmado concomitantemente contrato de serviços de operação e manutenção da usina Piratininga pela EMAE.

A usina arrendada possui quatro unidades geradoras sendo que apenas duas estavam em atividade, integradas à operação em ciclo combinado, atendendo aos despachos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) desde 7 de agosto de 2017.

Em 26 de abril de 2024, a EMAE, a Petrobras e a Baixada Santista Energia firmaram o Termo de Encerramento do Contrato de Arrendamento com Quitação Parcial e Pendências, cuja conclusão se encontra em discussão.

Notas Explicativas

1.4 Expansão de Geração de Energia Elétrica

A EMAE foi autorizada por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23 de junho de 2010 a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar minoritária ou majoritariamente, do capital social de companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

a. Hidrelétrica

O contrato de concessão da UHE Edgard de Souza expirou em 2018, e a Portaria nº 313, de 30 de junho de 2018, dispensou a reversão dos bens vinculados à concessão dessa UHE, permitindo que a EMAE tenha livre disponibilização dos bens.

Considerando o Inventário de Aproveitamentos Hidrelétricos da cascata do rio Tietê, a EMAE iniciou tratativas com o Poder Concedente e registrou seu interesse no aproveitamento hidroenergético Edgard de Souza, o que foi homologado em abril de 2019.

Em novembro de 2022, a companhia obteve o DRS, Despacho de Registro de Adequabilidade do Sumário Executivo, considerando potência a ser instalada de 18MW o que permite a busca do licenciamento ambiental e da outorga de recursos hídricos para o projeto de motorização da estrutura.

b. Fotovoltaica Flutuante

A partir de Chamadas Públicas, em 2020 e 2021, a EMAE estabeleceu consórcios com empresas privadas para o desenvolvimento e a instalação de empreendimentos fotovoltaicos flutuantes, com capacidade total de 130 MW, no reservatório Billings, localizado na cidade de São Paulo.

A potencial receita dessa iniciativa se dará por meio de participação da EMAE em futuras SPEs que explorarão comercialmente centrais flutuantes de geração de energia elétrica que serão conectadas à rede de distribuição de energia na modalidade de geração distribuída. A primeira SPE foi criada em 2023, em parceria com a KWP Energia, uma vez que todas as condicionantes para a implantação dos primeiros 5MW foram atendidas.

Nesse modelo, o aporte do direito de uso da superfície do reservatório dará para a EMAE aproximadamente 5% de participação no capital das SPEs, tendo a companhia a opção de aumentar sua participação até 49% através de aportes financeiros. Os parceiros serão responsáveis pelo CAPEX e pela operação dos futuros empreendimentos.

c. Fonte Térmica

Em 24 de julho de 2019 o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) aprovou a viabilidade ambiental do empreendimento "Substituição Tecnológica das unidades 1 e 2 da usina Termelétrica Piratininga UTE - STP" com capacidade de até 2,5 GW em ciclo combinado.

A aprovação pelo CONSEMA permitiu a expedição da licença ambiental prévia pela CETESB, no dia 25 de julho de 2019, possibilitando que a EMAE participe dos leilões de energia, que serão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Notas Explicativas

Visando a estruturação e implantação do empreendimento, a EMAE firmou parceria através da Chamada Pública 01/2015, com o Consórcio GASEN que foi sucedido em 2022, pela empresa EDGE S.A.

1.5 Aproveitamento do Patrimônio Imobiliário

a. Concessão de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial

Em 2020 a EMAE concedeu um conjunto de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial. A proposta declarada vencedora foi apresentada pelo Consórcio Usina São Paulo, considerando o pagamento de outorga fixa no valor de R\$ 280,05 milhões, acrescida do pagamento referente à outorga variável, calculada sobre o faturamento bruto mensal do futuro empreendimento.

O período de recebimento da parcela referente à outorga fixa teve início em janeiro de 2024, com término previsto em dezembro de 2044 e o referente à outorga variável será de acordo com os seguintes percentuais calculados sobre o faturamento bruto do projeto: 4% (de dezembro de 2022 a novembro de 2025), 6% (de dezembro de 2025 a novembro de 2028), 8% (de dezembro de 2028 até o fim do contrato).

b. Alienação de imóveis

A EMAE tem continuamente avaliado seus imóveis e destina à venda aqueles que não aportam para a atividade operacional.

Atualmente os dois principais imóveis à venda são um prédio situado na Rua Augusta e uma área adjacente à Marginal Pinheiros, próxima à junção com a Marginal Tietê.

1.6 Alteração de Controlador - Alienação de ações do Capital Social da Companhia

Em 19 de abril de 2024, ocorreu a alienação do controle acionário da Companhia, com a venda das ações do capital social pertencentes ao Governo do Estado de São Paulo. A aquisição foi realizada pelo PHOENIX FIP Multiestratégia, por R\$ 70,65 por ação, e a homologação ocorreu em 22 de abril de 2024. Após a obtenção das anuências necessárias do CADE e da ANEEL, o contrato de transferência do controle acionário foi assinado em 2 de outubro de 2024. A Phoenix Água e Energia S.A. passou a deter 74,87% das ações ordinárias e 29,94% do capital social total da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de

Notas Explicativas

Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada em Reunião de Diretoria ocorrida em 22 de outubro de 2024. Em seguida foram apreciadas pelo Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e submetidas ao Conselho de Administração. Após a sua emissão, somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa para alterá-las.

2.2 Moeda Funcional e Base de Apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e à medida que novos fatos ou informações estejam disponíveis, os valores são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas cujos valores reconhecidos são significativos nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;
- Nota 7 - Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 8 - Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido;
- Nota 11 - Apuração do ativo financeiro indenizável;
- Nota 12 - Ativo reversível da concessão;
- Nota 13 - Investimentos;
- Nota 14 - Imobilizado: avaliação da vida útil e análise de impairment;
- Nota 16 - Benefícios pós-emprego, previdência complementar;
- Nota 17.1 - Reconhecimento e mensuração da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários;
- Nota 19 - Outras Obrigações - Investimentos na concessão;

Notas Explicativas

- Nota 28 - Instrumentos financeiros;
- Nota 29 - Gerenciamento de Riscos;
- Nota 30 - Compromissos de Longo Prazo, e
- Nota 31 - Alterações não Caixa.

2.4 Base de Mensuração.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do plano de previdência complementar reconhecido pelo valor presente da obrigação do benefício definido, deduzido do valor justo dos ativos do plano, assim como propriedades para investimento, reconhecidas a valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes nas Demonstrações Financeiras de 2022 e por meio do resultado do exercício a partir das Demonstrações Financeiras de 2023.

2.5 Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A. O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis adotadas pela controlada são aplicadas de forma uniforme com aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.6 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor adicionado gerado pela Companhia e sua controlada, bem como a sua distribuição durante o exercício e é apresentada como informação requerida pela legislação societária brasileira, com base nas orientações do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar para fins da IAS 34.

2.7 Informações por Segmento

A Diretoria Colegiada da Companhia realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando a existência de um único segmento que é o de geração de energia.

Portanto, não são apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são similares às apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado.

2.8 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas ITR estão consistentes com as apresentadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis referentes ao exercício

Notas Explicativas

findo em 31 de dezembro de 2023. Conseqüentemente, estas informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, divulgadas em 07 de março de 2024.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.24	31.12.23	30.09.24	31.12.23
Caixa e bancos conta movimento.....	141	409	141	409
Aplicações financeiras (a).....	388.272	411.935	406.810	425.873
	388.413	412.344	406.951	426.282

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do período, sem prazos fixados para o resgate e mantidos pela Companhia e sua controlada para uso em suas operações normais.

- (a) A Companhia e sua controlada aplicam suas disponibilidades em fundos de renda fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizaram 7,96% no período findo em 30 de setembro de 2024.

4. REVENDEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.24	31.12.23	30.09.24	31.12.23
Suprimento de Energia				
Fornecimento de energia para revendedores.....	41.395	42.003	46.783	47.269

O saldo das contas a receber de revendedores é composto somente de valores vincendos e, portanto, a Companhia entende que não há necessidade do registro de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos a receber.

5. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

Referem-se aos tributos e contribuições sociais compensáveis referentes a serviços prestados e aquisições.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.24	31.12.23	30.09.24	31.12.23
ICMS compensável.....	6.201	3.258	6.245	3.258
INSS a recuperar.....	138	248	138	248
ISS a recuperar.....	7	7	7	7
PIS e COFINS a recuperar.....	3.166	4.129	3.166	4.129
	9.512	7.642	9.556	7.642

Notas Explicativas

6. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

6.1 Histórico

No dia 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram contrato denominado Instrumento Particular de Arrendamento dos Ativos da UTE Piratininga ("Arrendamento"), com duração de dezessete anos. Esse contrato envolveu a transferência dos ativos operacionais, incluindo terreno e dos direitos de exploração de geração de energia elétrica com remuneração global de R\$ 765 milhões, base janeiro de 2007, a ser paga em 34 parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M a partir do segundo ano. A Petrobras construiu em parte do terreno arrendado, a Usina Termelétrica Nova Piratininga e passou a operar ambas em ciclo combinado, com a utilização de gás e vapor.

Em 21 de maio de 2008, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do contrato para sua subsidiária integral, a Baixada Santista S.A. - BSE, que em 5 de julho de 2012, solicitou a renovação da concessão junto à ANEEL. Esse pedido de renovação foi ratificado em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei nº 12.783/2013. Embora o prazo contratual da concessão tenha expirado em 7 de julho de 2015, o Poder Concedente até a data de aprovação destas demonstrações financeiras intermediárias, ainda não se manifestou formalmente sobre o pedido de renovação.

Tendo em vista que o contrato tinha encerramento previsto para 27 de abril de 2024, em março de 2023, a BSE e a Petrobras informaram não ter interesse na sua renovação, mas afirmaram o interesse em desenvolver novo modelo de negócio após abril de 2024 mediante a locação do terreno onde está instalada a UTE Nova Piratininga, devolvendo os demais ativos à EMAE (UTE Piratininga e áreas remanescentes).

O contrato prevê, ao final da sua vigência, a obrigação da BSE de devolver os bens arrendados, "no estado de uso e conservação em que os recebeu consideradas as depreciações e inovações tecnológicas inerentes ao desenvolvimento da operação do Contrato". Para essa finalidade, o Contrato estabelece a elaboração de um laudo, por empresa contratada de comum acordo entre as partes, que permita apurar o montante de eventuais obrigações contratuais denominadas passivos patrimoniais a ser indenizado pela BSE/Petrobras à EMAE além de apurar eventuais investimentos feitos pela BSE/Petrobras, a serem indenizados pela EMAE.

Por ocasião do vencimento da 32ª parcela, em dezembro de 2023, a BSE/Petrobras pagou parte do valor devido, alegando que com o encerramento em 27/04/2024, cessam suas obrigações financeiras. O entendimento de que não seriam devidas as parcelas 33ª e 34ª e parte da 32ª foi contestado pela EMAE que através da avaliação jurídica considera legítima a cobrança do contrato pelo valor global, tal como vem sendo realizada.

Com vistas a dar andamento à solução dessas pendências em 26 de abril de 2024, a EMAE, a Petrobras e a Baixada Santista Energia firmaram o Termo de Encerramento do Contrato de Arrendamento com Quitação Parcial e Pendências, que se encontra em negociação.

Notas Explicativas

6.2 Contabilização

A operação de Arrendamento da UTE Piratininga, no seu início, foi classificada como arrendamento financeiro:

Demonstração da movimentação do arrendamento UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado		
	Saldo 31.12.23	Encargos Financeiros	Saldo 30.09.24
ATIVO			
Circulante.....	144.576	10.134	154.710
	144.576	10.134	154.710

Demonstração de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	30.09.24	31.12.23
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada (a).....	-	(2.897)
Variação monetária.....	752.081	744.844
Recebimentos.....	(1.362.371)	(1.362.371)
	154.710	144.576

- (a) Juros não realizados, decorrentes de parcelas futuras a serem recebidas do contrato de arrendamento.

7. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.24	31.12.23	30.09.24	31.12.23
Circulante				
Projetos em curso (a).....	1.916	1.020	1.916	1.020
Dividendos a receber de controlada.....	5.893	6.473	-	-
Valores a receber - Energia Livre (b).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos (c).....	1.477	1.404	1.477	1.404
Garantia CCEE (d).....	24	25	238	33
Adiantamento à empregados e administradores.....	2.331	-	2.331	-
Pirapora Energia S.A. compartilhamento de custos/ Reembolsos.....	285	1.043	-	-
Aluguéis / Locação.....	438	94	438	94
Sabesp.....	-	-	2	-
Eduardo Yassuda O&M.....	1	440	1	440
Multas contratuais (e).....	627	627	627	627
Alienação de bens e direitos.....	-	94	-	94
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa (f)....	(6.215)	(6.399)	(6.215)	(6.399)
	10.921	8.965	4.959	1.457

- a) Gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;

Notas Explicativas

- b) Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDEE em 15 de setembro de 2010, que, por meio de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária. A EMAE constituiu perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo integral do contas a receber relacionado à RTE;
- c) Valores a receber pelos funcionários cedidos a outras entidades do Governo do Estado de São Paulo. Os montantes vencidos há mais de 360 dias estão registrados na rubrica "Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa";
- d) Garantia contratual depositada em conta bancária vinculada à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE em razão do Mercado de Curto Prazo;
- e) Valores cobrados de terceiros em razão de atrasos na execução de obras, entrega de bens e outros;
- f) Saldo das perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa em 30 de setembro de 2024 correspondente a 6.215, sendo composto por: R\$ 1.404, funcionários cedidos; R\$ 4.144, relativos a RTE; R\$ 627, de multas contratuais; e R\$ 40 referente a locações e aluguéis.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

8.1 CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

No trimestre

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
	3T 24	3T 23	3T 24	3T 23	3T 24	3T 23	3T 24	3T 23
Lucro antes dos impostos e contribuições.....	37.313	58.497	37.894	59.068	37.313	58.497	37.894	59.068
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(9.328)	(14.624)	(9.474)	(14.767)	(3.358)	(5.265)	(3.410)	(5.316)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial em controlada.....	2.045	1.688	2	-	736	608	1	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	7.473	-	7.473	-	2.690	-	2.690	-
Incentivos fiscais.....	154	248	154	248	-	-	-	-
Outros.....	(22)	(35)	(21)	(35)	(10)	(15)	(10)	(15)
b) Efeito regime lucro presumido de controlada								
Pirapora Energia S.A.....	-	-	1.794	1.443	-	-	600	476
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	322	(12.723)	(72)	(13.111)	58	(4.672)	(129)	(4.855)
Corrente.....	(4.447)	(9.272)	(4.841)	(9.660)	(1.659)	(3.430)	(1.846)	(3.613)
Diferido.....	4.769	(3.451)	4.769	(3.451)	1.717	(1.242)	1.717	(1.242)
Alíquota efetiva.....	-1%	22%	0%	22%	0%	8%	0%	8%

No acumulado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
	9M 24	9M 23	9M 24	9M 23	9M 24	9M 23	9M 24	9M 23
Lucro antes dos impostos e contribuições.....	110.835	105.945	112.392	107.667	110.835	105.945	112.392	107.667
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.	(27.709)	(26.486)	(28.098)	(26.917)	(9.975)	(9.535)	(10.115)	(9.690)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial em controlada.....	5.640	5.027	-	-	2.030	1.810	-	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	7.473	14.872	7.473	14.872	2.690	5.354	2.690	5.354
Incentivos fiscais.....	1.081	1.216	1.081	1.216	-	-	-	-
Outros.....	(249)	(267)	(249)	(267)	(96)	(104)	(96)	(104)
b) Efeito regime lucro presumido de controlada								
Pirapora Energia S.A.....	-	-	4.982	4.286	-	-	1.660	1.415
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado....	(13.764)	(5.638)	(14.811)	(6.810)	(5.351)	(2.475)	(5.861)	(3.025)
Corrente.....	(22.969)	(28.626)	(24.016)	(29.798)	(8.665)	(10.751)	(9.175)	(11.301)
Diferido.....	9.205	22.988	9.205	22.988	3.314	8.276	3.314	8.276
Alíquota efetiva.....	12%	5%	13%	6%	5%	2%	5%	3%

Notas Explicativas

8.2 COMPOSIÇÃO DOS IMPOSTOS DIFERIDOS

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	30.09.24	31.12.23	30.09.24	31.12.23
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	154.279	140.408	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (b).....	-	-	26.763	24.208
Obrigação fiscal diferida Sabesp (c).....	-	-	26.243	24.130
Ativo fiscal diferido ORA (d).....	76.006	76.006	-	-
Passivo fiscal diferido ORA (e).....	-	-	92.241	92.241
Passivo fiscal diferido - Elementos do Ativo (f).....	-	-	8.158	8.158
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	55.541	50.547	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (b).....	-	-	9.635	8.715
Obrigação fiscal diferida Sabesp (c).....	-	-	9.447	8.687
Ativo fiscal diferido ORA (d).....	27.361	27.361	-	-
Passivo fiscal diferido ORA (e).....	-	-	33.207	33.207
Passivo fiscal diferido - Elementos do Ativo (f).....	-	-	2.936	2.936
	313.187	294.322	208.630	202.282
Compensação entre Ativos e Passivos (g).....	(208.630)	(202.282)	(208.630)	(202.282)
	104.557	92.040	-	-

- a) Créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente indedutíveis, onde se destacam a provisão para investimentos na Concessão, contingências trabalhistas, cíveis e tributárias e a perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa;
- b) Registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre a operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 6);
- c) Registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o Ativo financeiro Sabesp (Nota 22.1);
- d) Ativo fiscal diferido sobre o plano de benefício definido (Nota 16);
- e) Reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre ajuste a valor justo de elementos do ativo;
- f) Passivo fiscal diferido relativos a ajustes de elementos do ativo em contrapartida ao resultado;
- g) Compensação entre ativos e passivos diferidos, valores revisados a cada encerramento do exercício podendo ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Notas Explicativas

A realização das diferenças temporárias está projetada da seguinte forma:

2024.....	13.653
2025.....	11.539
2026.....	11.539
2027.....	11.539
2028.....	11.539
2029 até 2042.....	150.011
	<u>209.820</u>

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora e Consolidado	
	30.09.24	31.12.23
Circulante		
Depósitos vinculados (a).....	486	232
Não circulante		
Depósitos judiciais (b).....	58.970	57.723
	<u>59.456</u>	<u>57.955</u>

- a) Refere-se à caução vinculada ao Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo para operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda;
- b) Trata-se de depósitos iniciais ou recursais envolvendo diversos processos cíveis, trabalhistas e tributários da Companhia. A EMAE contesta a legitimidade de determinadas ações e, em função desse questionamento, os valores foram depositados em juízo, seja por ordem judicial ou por estratégia da Administração. O depósito de maior relevância, R\$ 18.566, valor original, R\$ 22.965, valor corrigido, está relacionado a uma ação anulatória de débito fiscal com pedido de tutela de urgência para suspensão da exigibilidade do crédito fiscal na forma do art.151, inciso V do Código Tributário Nacional. Foi notado pela EMAE que o IPTU do imóvel situado na Av. Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, bairro Pedreira, São Paulo - SP, sofreu forte elevação, tendo sido requerida sua revisão junto ao Centro de Atendimento da Fazenda Municipal da Prefeitura de São Paulo.

Notas Explicativas

10. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Estão classificados nesta rubrica os Ativos não circulantes de propriedade da EMAE que serão objeto de alienação por meio de processo licitatório nos próximos 12 meses.

A partir de 2022 a Companhia, com base em Laudos de Avaliação elaborados por instituições certificadas, registrou a valor justo, os seguintes imóveis: o terreno relativo ao Parque Villa Lobos, e o terreno Bota- Fora 14. ambos classificados inicialmente como propriedades para investimento. O terreno do parque foi posteriormente objeto de permuta com imóvel Edifício situado na Rua Augusta que, juntamente com o Bota-Fora 14, foram realocados para o ativo não circulante mantidos para venda após deliberação em reunião do Conselho de Administração que autorizou a alienação de ambos através de processo licitatório.

Em 30 de setembro de 2024, essa rubrica é composta por:

Edifício localizado à Rua Augusta, 1.626 - São Paulo/SP

Por meio do Decreto Estadual n.º 66.983, de 20 de julho de 2022, a Fazenda do Estado de São Paulo foi autorizada a realizar permuta de edifício de sua propriedade localizado à Rua Augusta, n.º 1626, São Paulo/SP, avaliado em R\$ 82.461, com terreno de propriedade da EMAE, com área de 71.523,70 m², inserido no Parque Estadual Villa Lobos, situado na Avenida Dra. Ruth Cardoso, altura do n.º 4.800, também no município de São Paulo - SP, avaliado em R\$ 94.770. Coube à EMAE receber à vista a torna resultante da diferença entre o valor dos imóveis equivalente a R\$ 12.309, na oportunidade do registro da escritura. Este evento foi objeto de Comunicado ao Mercado em 21 de julho de 2022.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de novembro de 2022 foi autorizada a alienação mediante licitação pública do referido imóvel.

Terrenos - Zuccolo (antigo bota-fora 14)

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2022 foi autorizada sua alienação mediante licitação pública.

Cabe destacar que para fins fiscais, os valores das vendas serão realizados conforme hipóteses previstas no parágrafo 6º, artigo 13, inciso 6º, itens 1º a 4º. do Regulamento do Imposto de Renda, e para fins societários, será aplicado o disposto no item 62 do NBC TG (R4) n.º 28 - Propriedade para Investimento.

No período findo em 30 de setembro de 2024 o montante da rubrica corresponde a R\$ 255.400, sendo R\$ 171.000 relativo aos terrenos Zuccolo e R\$ 84.400, referente ao Edifício Rua Augusta. Portanto, o valor permanece inalterado em relação ao número apresentado em 31 de dezembro de 2023.

11.ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Refere-se a investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31 de dezembro de 2012, data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei n.º 12.783, os quais serão remunerados e/ou ressarcidos por meio da RAG, conforme Procedimento de Regulação Tarifária - PRORET - submódulos 12.1 e 12.2.

A Companhia classifica o ativo financeiro indenizável na categoria de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Notas Explicativas

Movimentação do ativo financeiro indenizável:

	Controladora e Consolidado						Saldo em 30.09.24
	Saldo em 31.12.23	Adições (a)	Transferência	Crédito Pis/Cofins	Compensação (b)	Amortização (c)	
Circulante							
Ativo financeiro.....	17.314	-	17.131	-	-	(14.151)	20.294
	17.314	-	17.131	-	-	(14.151)	20.294
Não circulante							
Adiantamento a fornecedores.....	46.935	23.430	-	-	(17.664)	-	52.701
Ativo financeiro.....	311.638	58.285	(17.131)	(3.916)	-	-	348.876
	358.573	81.715	(17.131)	(3.916)	(17.664)	-	401.577
TOTAL	375.887	81.715	-	(3.916)	(17.664)	(14.151)	421.871

- Investimentos realizados nas usinas cotistas que aumentem a vida útil das unidades e em melhorias que trarão maior eficiência na produção energética;
- Compensação de adiantamentos realizados pelo recebimento dos bens;
- Amortização dos investimentos realizados (Nota 19).

12. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

Este termo refere-se aos bens reversíveis das usinas do Complexo Henry Borden, Porto Góes e Rasgão, que não estavam amortizados ou depreciados em 31 de dezembro de 2012 e que, em virtude da prorrogação da concessão no âmbito do regime de cotas, deverão ser indenizados pelo Poder Concedente, de acordo com o artigo 2º do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, e a Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, revogada pela Resolução Normativa ANEEL nº 942 de 13 de julho de 2021, revogada pela REN ANEEL 1.027, de 19 de junho de 2022.

Atendendo ao requerido no Decreto, em 26 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu ofício à ANEEL, manifestando interesse em receber a devida indenização. Com base na Resolução Normativa ANEEL nº 942/21, revogada pela REN ANEEL 1.027, de 19 de junho de 2022, a EMAE, em julho de 2022, encaminhou à ANEEL o relatório detalhado de avaliação de bens para fins de indenização. A ANEEL, após diligência sobre os itens e valores a indenizar estabeleceu, na 5ª Reunião Pública Extraordinária da Diretoria de 21/12/2023 e ratificou na 1ª Reunião Pública Ordinária em 23 de janeiro de 2024, o valor da Base de Remuneração Líquida em R\$ 281 milhões na base 31/12/2012. Em 23 de abril de 2024 os autos do processo foram enviados pela ANEEL para análise do Ministério de Minas e Energia pelo Ofício nº 01/2024 - DIR/ANEEL, para reconhecimento da indenização dos investimentos da EMAE.

O valor líquido contábil dos ativos reversíveis em 30 de setembro de 2024 é de R\$ 195,4 milhões.

Notas Explicativas

13. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.24	31.12.23	30.09.24	31.12.23
Pirapora Energia S.A (a).....	154.937	151.787	-	-
Universo Fotovoltaico Flutuante (b)....	1.495	1.503	1.495	1.503
Áreas adjacentes - U. São Paulo (c).....	144.717	144.717	144.717	144.717
Total.....	301.149	298.007	146.212	146.220

a) Participação em controlada

A Companhia possui o controle e participação de 100% no patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A.

Abaixo, é apresentado um resumo das informações financeiras da controlada:

	30.09.24	31.12.23
Ativo.....	162.294	160.281
Passivo.....	7.359	8.494
Patrimônio Líquido.....	154.935	151.787
	30.09.24	30.09.23
Lucro do período.....	22.569	20.106

Demonstração do patrimônio líquido da controlada Pirapora Energia:

	Controlada
Saldo em 31.12.2023.....	151.787
Dividendo adicional aprovado em AGO.....	(19.421)
Resultado de equivalência patrimonial.....	22.569
Saldo em 30.09.2024.....	154.935

b) Participação em coligada

Participação acionária de 5% no empreendimento Universo Fotovoltaico Flutuante referente Implementação de centrais fotovoltaicas flutuantes no Reservatório Billings, inaugurado a primeira fase do projeto em dezembro de 2023 com 5 MW de potência em geração distribuída.

Durante o ano houve reconhecimento de um resultado negativo de R\$ 8 em razão de custos e despesas incorridos no período.

c) Áreas adjacentes à Usina São Paulo

Propriedades mantidas pela Companhia para auferir aluguel ou para valorização do capital, compostas de terrenos e edifícios não vinculados à atividade principal da Companhia.

Notas Explicativas

Ajuste a valor justo

Até 30 de setembro 2022, os bens classificados como propriedades para investimento estavam reconhecidos a custo histórico. A partir do 3º trimestre de 2022, a Companhia, com base em Laudo de instituição certificada, registrou a valor justo, por ocasião da transferência para propriedades para investimentos, os imóveis denominados espaços A e C subjacentes à Usina São Paulo, com a correspondente contrapartida na conta de Ajustes de Elementos do Ativo, no patrimônio líquido. Para fins de impostos, o valor dessa mais valia será realizado conforme hipóteses previstas no parágrafo 6º, artigo 13, inciso 6º, itens 1º a 4º. do Regulamento do Imposto de Renda. Para fins societários em caso de alienação do bem recebido em permuta será aplicado o disposto no item 62 do CPC 28 - Propriedade para Investimento.

Informamos que no período findo em 30 de setembro de 2024 não houve movimentação financeira na referida rubrica.

14. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 30 de setembro de 2024 está representada por:

Controladora	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.23	Adições	Transferência	Depreciação do período	Saldo em 30.09.24
	Em serviço					
Terrenos.....		2.470	-	116	-	2.586
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	690	-	36	(48)	678
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	3.502	5	1.487	(700)	4.294
Veículos.....	14,3%	242	-	-	(121)	121
Móveis e Utensílios.....	6,3%	269	-	67	(22)	314
Subtotal.....		7.173	5	1.706	(891)	7.993
Em curso.....		69.734	9	(1.706)	-	68.037
Total Controladora.....		76.907	14	-	(891)	76.030
Consolidado	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.23	Adições	Transferência	Depreciação do período	Saldo em 30.09.24
Em serviço						
Terrenos.....		2.470	-	116	-	2.586
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	2,1%	41.916	-	-	(804)	41.112
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	45.059	5	36	(889)	44.211
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	55.882	-	1.487	(2.417)	54.952
Veículos.....	14,3%	242	-	-	(121)	121
Móveis e Utensílios.....	6,3%	270	-	67	(22)	315
Subtotal.....		145.839	5	1.706	(4.253)	143.297
Em curso.....		72.087	323	(1.706)	-	70.704
Total Consolidado.....		217.926	328	-	(4.253)	214.001

Notas Explicativas

Controladora	Taxas anuais	Saldo				Depreciação	Saldo
	média de	em	Adições	Baixas	Transferência	do	em
	Depreciação (%)	31.12.22				período	30.09.23
Em serviço							
(a) Terrenos.....		4.954	-	(2.484)	-	-	2.470
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	753	-	-	-	(47)	706
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	4.483	-	-	-	(740)	3.743
Veículos.....	14,3%	399	-	-	-	(118)	281
Móveis e Utensílios.....	6,3%	298	-	-	-	(23)	275
Subtotal.....		10.887	-	(2.484)	-	(928)	7.475
Em curso.....		69.688	41	-	-	-	69.729
Total Controladora.....		80.575	41	(2.484)	-	(928)	77.204
Consolidado	Taxas anuais	Saldo				Depreciação	Saldo
	média de	em	Adições	Baixas	Transferência	do	em
	Depreciação (%)	31.12.22				período	30.09.23
Em serviço							
(a) Terrenos.....		4.954	-	(2.484)	-	-	2.470
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	43.796	-	-	(809)	(804)	42.183
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	46.244	-	-	-	(888)	45.356
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	59.406	9	-	(291)	(2.429)	56.695
Veículos.....	14,3%	399	-	-	-	(118)	281
Móveis e Utensílios.....	6,3%	299	-	-	-	(23)	276
Subtotal.....		155.098	9	(2.484)	(1.100)	(4.262)	147.261
Em curso.....		69.688	1.049	-	1.100	-	71.837
Total Consolidado.....		224.786	1.058	(2.484)	-	(4.262)	219.098

a) Refere-se a baixa de terrenos vinculados à concessão.

Análise de redução ao valor recuperável dos ativos

Durante o 3º trimestre de 2024 a administração da Companhia não identificou a necessidade de registro de estimativa para perda ao valor recuperável em seu imobilizado.

Estrutura Edgard de Souza

A EMAE iniciou tratativas para motorizar as estruturas existentes junto à barragem Edgard de Souza com aproveitamento integral das instalações cujos bens estão registrados na rubrica Imobilizado, em curso, compondo o montante de R\$ 68.662 em 30 de setembro de 2024.

Notas Explicativas

15. FOLHA DE PAGAMENTO E ESTIMADAS

	Controladora e Consolidado	
	30.09.24	31.12.23
Provisão de férias e encargos.....	12.485	11.441
PLR e Bonus.....	-	4.964
	12.485	16.405

16. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A EMAE patrocina dois planos de previdência complementar de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários. Os planos, denominados PSAP/EMAE e EMAE-CD, são administrados pela VIVEST, entidade fechada de previdência complementar. O PSAP/EMAE possui características de benefício definido e foi fechado para novas adesões desde 2018. Em contrapartida, o EMAE-CD, inaugurado no mesmo ano, possui características de contribuição definida e não oferece risco atuarial.

Anualmente, os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano PSAP/EMAE, incluindo contribuições, custos, passivos e ativos, são calculados por atuário independente considerando a mesma data base do encerramento do exercício, e são registrados em conformidade com o CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a Empregados. O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de benefício definido representa o valor presente da obrigação do PSAP/EMAE, descontado pelo valor justo dos ativos do plano. Quaisquer ganhos ou perdas atuariais são diretamente registradas no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes".

A avaliação atuarial do PSAP/EMAE é realizada considerando as características de cada um dos três subplanos, a saber:

- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS;
- Benefício Definido (BD), e
- Contribuição Variável (CV)

A criação dos subplanos do PSAP/EMAE remonta a 1997, quando o plano oferecido aos empregados e aposentados da época foi saldado. Esses subplanos apresentam as seguintes características:

a) Plano saldado BSPS – vigente até 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa a Benefício Saldado em 31 de dezembro de 1997 abrangendo, portanto, somente os participantes inscritos até aquela data, e que tem como base a cobertura da média salarial à época, corrigida e a proporção do direito adquirido até a data do saldamento. A EMAE é integralmente responsável pelas eventuais insuficiências atuariais apuradas no BSPS.

Notas Explicativas

b) Plano BD – iniciado em 1998 (fechado para novas adesões em 2018)

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido, na base de 70% da média salarial dos 36 meses anteriores ao início do benefício. Conforme regulamentação vigente, a EMAE é responsável pela cobertura de 50% de eventuais insuficiências atuariais apuradas no BD.

c) Plano CV – iniciado em 1998 (fechado para novas adesões em 2018)

Trata-se de suplementação adicional que tem como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da escolha do participante considerando as modalidades de renda: (i) calculada por percentual do saldo de conta, (ii) renda por tempo determinado ou renda vitalícia com características de benefício definido.

O saldo da conta de aposentadoria total inclui aportes individuais e aportes da patrocinadora, ficando esta responsável, no caso da opção pelo benefício definido por equalizar somente os eventuais déficits atuarias relativos aos seus aportes.

Troca do índice de reajuste do PSAP/EMAE

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou, por meio da Portaria nº 201, a mudança do indexador do plano, do IGP-DI para, IPCA a partir de maio de 2021. Essa ação mitigou um importante risco de descasamento entre a correção de ativos e passivos do PSAP/EMAE.

Política de Investimentos do PSAP/EMAE

A política de investimentos do plano, definida por meio de estudo de gerenciamento conjunto de ativos e passivos (“*Asset Liability Management*”), resultou na alocação média no ano de 83% em renda fixa, 11% em renda variável e 6% em outros segmentos, obtendo rentabilidade consolidada de 10,87% em 2023, ante a meta atuarial de 10,10% no mesmo período.

Em 30 de setembro de 2024, o valor das obrigações de benefício pós-emprego relativos à previdência complementar administrado pela Vivest corresponde a R\$ 359.909 que ajustados pela avaliação atuarial independente, conforme CPC 33 (R1) resulta em um saldo de R\$ 333.875.

Credor	Objeto	Controladora e Consolidado			
		30.09.24		31.12.23	
		Circulante	Não Circulante	Total	Total
VIVEST	- Fundos de Pensão	61.616	298.293	359.909	384.155
	- Ajuste CPC 33 (R1) (IAS 19).....	-	(26.034)	(26.034)	(26.034)
		61.616	272.259	333.875	358.121

Notas Explicativas

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS**17.1 CONTINGÊNCIAS – POSSIBILIDADE DE PERDA PROVÁVEL**

	Controladora e Consolidado			Saldo 30.09.24
	Saldo 31.12.23	Provisões Líquidas de Reversões	Pagamentos	
Não circulante				
Trabalhistas				
Periculosidade (a).....	12.768	1.196	-	13.964
Diversas (b).....	22.720	9.752	(2.220)	30.252
	35.488	10.948	(2.220)	44.216
Cíveis (c).....	52.159	4.970	(6.474)	50.655
Tributárias (d).....	10.862	4.869	-	15.731
Ambiental (e).....	6.597	2.704	-	9.301
Administrativo.....	93	21	-	114
	105.199	23.512	(8.694)	120.017

A) Periculosidade

O processo de maior relevância corresponde a reclamação trabalhista coletiva, proposta pelo Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, em face da EMAE, em 07/07/1999, pretendendo o pagamento de adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos quadros da Companhia. A ação foi julgada procedente apenas para 104 empregados, tendo sido mantida a sentença em todos os graus de recurso havidos, com o trânsito em julgado da decisão. A ação foi classificada, em sua probabilidade de êxito, em perda provável pelos advogados da Companhia. Iniciada a fase de execução da sentença, foram homologados os cálculos apresentados pelo perito judicial, os quais apresentaram substancial dissonância com os termos da sentença em execução. O laudo pericial contemplou 32 empregados, sendo tais aqueles que não realizaram acordo no processo. Arguida, pela EMAE, a nulidade da perícia judicial por não ter sido realizada na forma determinada por sentença judicial, foi mantida a decisão de perícia contábil pelo magistrado, motivo pelo qual, na data de 03/03/2023, a EMAE interpôs recurso de Agravo de Petição e, na data de 10/03/2023, a EMAE impetrou Mandado de Segurança, ambos os recursos com o mesmo objetivo, porém com razões processuais distintas. O Agravo de petição possui, como objetivo, anular a perícia judicial realizada, sob o fundamento de que o dispositivo da sentença transitada em julgado determina que as parcelas deferidas deverão ser apuradas por meio de liquidação por artigos, e que, portanto, não poderia ter sido realizada de forma meramente contábil. O Mandado de Segurança – Processo nº 1005331-61.2023.5.02.0000 – possui os mesmos objetivos e fundamentos do Agravo de petição, porém, foi impetrado com o objetivo de propiciar maior segurança recursal. Durante o 3º trimestre de 2023, com fundamento em laudo contábil elaborado por entidade certificada, a companhia converteu parte do valor classificado como “provável” em “possível”, em função da possibilidade de êxito relativo à parcela controversa, no recurso de Agravo de Petição e no Mandado de Segurança, respectivamente interposto e impetrado, bem como, em função da efetivação de acordos judiciais em valores menores com alguns dos empregados favorecidos na ação. A

Notas Explicativas

classificação de probabilidade do presente processo mantém-se como “provável”, porém, por convenção interna, parte dos valores foi reclassificada para “possível”, sendo estes os correspondentes à diferença entre os cálculos homologados pelo juízo (deduzidos os valores dos acordos já realizados no período) e os cálculos apresentados pela EMAE em sua impugnação acrescidos de 15% a título de honorários advocatícios.

B) Diversas

Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados que requerem em geral o pagamento de equiparação salarial, base horária, insalubridade e outras questões.

C) Cíveis

Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial, sendo mais relevante o processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., que pleiteia o direito de não optar pelo chamado “alívio de exposição” relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001, o que permite o provimento ao recurso de apelação da AES Sul, ao qual foram opostos pela EMAE e outras Interessadas embargos de declaração. Atualmente, referidos recursos aguardam julgamento.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda provável em 30 de setembro 2024 sendo o valor provisionado para esta causa de R\$ 48.264 (R\$ 44.141 em 31 de dezembro de 2023).

D) Tributário

Trata-se, principalmente, de Ação anulatória de débito fiscal com pedido de Tutela de Urgência, para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, na forma do art.151. inciso V, do Código Tributário Nacional. Foi notado que o IPTU do Imóvel situado na Av. Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Pedreira - São Paulo estava com valor expressivamente maior, requerendo junto ao Centro de Atendimento da Fazenda Municipal da Prefeitura de São Paulo, a revisão da cobrança, ocasião em que foi orientado pelo Município que a Companhia efetuasse o pedido por meio de processo eletrônico via site. Em 30 de setembro de 2024, ainda que o sucesso da EMAE no pleito seja provável, resta um valor estimado de pagamento que corresponde a R\$ 13.975.

E) Ambiental

O Processo de maior relevância refere-se à Ação Civil Pública de 2015 proposta com o objetivo de responsabilizar a EMAE pela mortandade de peixes no Rio Tietê e Córrego do Ajudante na cidade de Salto em decorrência de descarga realizada nas barragens de Pirapora, Rasgão e Porto Góes, que teriam provocado o descolamento dos sedimentos depositados no fundo dos barramentos. O processo está contabilizado como probabilidade de perda provável e no período findo em 30 de setembro de 2024 corresponde a R\$ 7.043.

Notas Explicativas

17.2 CONTINGÊNCIAS – PROBABILIDADE DE PERDA POSSÍVEL

As contingências em 30 de setembro de 2024, nas suas diferentes espécies avaliadas e classificadas segundo sua probabilidade de risco econômico-financeiro como perda possível estão demonstradas a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	30.09.24	31.12.23
Administrativo (a).....	9.293	204
Ambiental (b).....	5.414	5.035
Cível (c).....	7.130	2.630
Trabalhista (d).....	46.163	31.276
Tributário (e).....	99.734	85.677
	167.734	124.822

a) Administrativo

O processo de maior relevância refere-se à impugnação administrativa do valor venal do IPTU do Imóvel ao fundo da Escola FATEC Lindeiro – Comunidade Jardim Felicidade, cujo valor em 30 de setembro de 2024 corresponde a R\$ 7.335.

b) Ambiental

O principal processo ambiental classificado como perda possível se refere a Ação Civil Pública proposta pela Defensoria Pública de SP no ano de 2010 em face do DAEE, EMAE, SABESP e Estado de São Paulo, por supostos problemas sociais advindos de inundação no Jardim Pantanal, na Zona Leste de São Paulo. No mérito, foi demonstrado que a responsabilidade pelos supostos danos materiais e morais coletivos é do poder público, e não da EMAE, não tendo sido demonstrado nexos causal entre suas atividades e a inundação do Jardim Pantanal. Em maio de 2018 o MPSP requereu a designação de audiência com as partes para tentativa de conciliação. Em seguida, a EMAE se manifestou no sentido de que não se opunha à realização da audiência, contudo, não havia proposta de acordo, uma vez que não é responsável pelo dano, reiterando o pedido de exclusão da lide. Em 30 de setembro de 2024 o valor do processo corresponde a R\$ 4.663.

Notas Explicativas

c) Cível

A ação de maior valor refere-se a usucapião da área localizada na Av. das Nações Unidas, Bairro Itaim Bibi promovida pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM (Estação Transformadora ETC FEPASA - Morumbi). Em 30 de setembro de 2024 o valor do processo corresponde a R\$ 1.267.

d) Trabalhista

O principal valor refere-se a parte controversa da ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricitários em 07/07/1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo nº 01767006319995020039 - 39ª Vara, pleiteando o pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos quadros da Companhia. (Vide nota 17.1, alínea (a) Periculosidade).

e) Tributário

Processos de execução fiscal em que a Prefeitura do Município de Cubatão cobra o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, constante da Certidão de Dívida Ativa que instruiu o processo em questão, decorrente dos exercícios de 2014 até 2021 referentes a imóvel de propriedade da Eletropaulo, apontando os demais executados como corresponsáveis. O valor dos dois processos em 30 de setembro 2024 corresponde a R\$ 43.623.

No 1º trimestre foi reclassificado de remoto para possível processo de execução fiscal visando a cobrança de débitos e IPTU dos anos de 2000 a 2004 referente a imóvel situado no município de Carapicuíba cujo valor provisionado corresponde a R\$ 6.490. Somado a isso, temos avaliado como possível perda, o valor controverso de R\$ 3.640 referente ao IPTU de Imóvel situado na Av. Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Pedreira - São Paulo.

17.3 ATIVOS CONTINGENTES

A companhia enfrenta atualmente 21 processos de desapropriação com provável resultado total de indenização para a EMAE de R\$ 68.843.

18. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

A Companhia, desde sua constituição em 1998, oriunda da cisão da Eletropaulo, possui um saldo inicial registrado na conta de Obrigações Especiais - RGR (Reserva Global de Reversão), de R\$ 16.202 que permaneceu inalterado até 31 de dezembro de 2017. Durante este período a Companhia recolheu apenas os juros correspondentes, conforme estabelecido na legislação vigente. Entretanto, com o advento do Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2027 (10 anos), com base em nova legislação em vigor, o referido montante está sendo amortizado em bases mensais mediante recolhimento à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado					30.09.24
	31.12.23	Transferência	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	
Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.....	1.801	1.351	176	(176)	(1.351)	1.801
Não Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.....	3.599	(1.351)	-	-	-	2.248

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES - INVESTIMENTOS NA CONCESSÃO

Corresponde à provisão para realização de investimentos nas usinas cotistas em razão das obrigações estabelecidas no 2º termo Aditivo do Contrato de Concessão e no Submódulo 12.1 do PRORET- Procedimentos de Regulação Tarifária emitido pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, estando em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os valores provisionados são contabilizados de acordo com o Plano de Investimentos e apresentam as seguintes movimentações no período:

	Controladora e Consolidado				Saldo 30.09.24
	Saldo 31.12.23	(a) Provisão	Transferência	Amortização	
Passivo					
Circulante.....	17.314	-	17.131	(14.151)	20.294
Não Circulante.....	427.753	59.978	(17.131)	-	470.600
	445.067	59.978	-	(14.151)	490.894

(a) Provisão ajustada pela melhor estimativa

A provisão tem como objetivo preservar recursos financeiros recebidos ao longo do período de concessão destinados à implantação do Plano de Investimentos nas usinas cotistas a fim de atender às disposições contratuais do 2º termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O Plano de investimentos é atualizado, no mínimo, a cada Revisão Tarifária (quinquenal) realizada pela ANEEL.

Notas Explicativas

20. OUTRA OBRIGAÇÃO - COMGÁS

Trata-se de quatro contratos de permissão à Comgás de uso de áreas a título oneroso para a instalação de canteiros, áreas de válvulas, estação de medição e recebimento de gás (city gate), obras de arranjo geral da tubulação e dos equipamentos da Estação de Regulagem de Pressão e Recebedor de PIG, com vigência até 30 de novembro de 2042. A EMAE recebeu antecipadamente o montante de R\$ 10.982 cuja apropriação em seu resultado vem ocorrendo de forma linear ao longo do exercício. Até 30 de setembro de 2024 a EMAE contabilizou o montante de R\$ 475 no Resultado.

21. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.24	31.12.23	30.09.24	31.12.23
Depósitos Judiciais (a).....	583	602	583	602
Agrupamento de ações.....	592	592	592	592
Caução contratual - DATA ROOM (b).....	-	2.510	-	2.510
Seguros a pagar.....	12	193	12	193
Sabesp.....	-	-	2	-
	1.187	3.897	1.189	3.897

- a) Referem-se a valores relativos a ações trabalhistas já transitadas em julgado, cujos depósitos judiciais ainda não foram liberados em favor da parte contrária;
- b) Correspondem a garantias financeiras apresentadas por empresas participantes do processo de desestatização da Companhia, as quais foram integralmente restituídas após a conclusão do processo.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, descritas a seguir:

22.1. ATIVO FINANCEIRO - ACORDO SABESP

Desde 2014, a Companhia vinha negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitavam na esfera judicial e arbitral referentes ao uso da água de represas sob gestão da EMAE. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças ("Instrumento") para o encerramento de todos os litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

Após o cumprimento das Condições Suspensivas, incluindo anuência da ANEEL, e a aprovação do referido aditivo nos Conselhos de administração da EMAE e da SABESP, o Instrumento passou a ter plena eficácia.

Esse Instrumento e seu aditivo determinaram o recebimento pela EMAE de R\$ 218.130, a partir de 2017, distribuídos da seguinte forma: a) R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9.254 a título indenizatório; e b) R\$ 171.860, em vinte e seis parcelas anuais e sucessivas

Notas Explicativas

de R\$ 6.610, a título de compensação de despesas, ambos corrigidos monetariamente pelo IPCA.

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 104.970, dos quais R\$ 95.500 estão classificados no ativo não circulante.

Demonstração da mutação do Contrato da Sabesp:

O ajuste a valor presente foi apurado por uma taxa de juros média de 6,89% somado a um prêmio de risco de 1,29%, ambas ao ano, aplicado pelo prazo do contrato.

	Controladora e Consolidado			Saldo 30.09.24
	Saldo 31.12.23	Transferências	Encargos Financeiros	
ATIVO				
Circulante				
Sabesp.....	13.458	677	-	14.135
Ajuste a valor presente.....	(4.750)	(3.503)	3.588	(4.665)
	8.708	(2.826)	3.588	9.470
Não Circulante				
Sabesp.....	139.385	(677)	4.861	143.569
Ajuste a valor presente.....	(51.572)	3.503	-	(48.069)
	87.813	2.826	4.861	95.500
	96.521	-	8.449	104.970

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

2025.....	8.854
2026.....	8.277
2027.....	7.738
2028.....	7.234
2029 até 2042.....	63.397
	95.500

22.2. CONVÊNIO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ENTRE EMAE E PIRAPORA

Em dezembro de 2020, com prévia anuência da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a EMAE firmou junto à sua controlada - Pirapora Energia S.A, Convênio para o compartilhamento dos custos de pessoal. Durante o período findo em 30 de setembro de 2024, a EMAE recebeu o montante de R\$ 3.379, comparado a R\$ 3.733 no mesmo período de 2023.

Notas Explicativas

22.3. CONVÊNIO SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Em 16 de julho de 2018 a Companhia firmou convênio de cooperação técnico-operacional com a então Secretaria de Estado de Energia e Mineração SEEM, atual Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística - SEMIL, tendo por objeto a conjugação de esforços para o desenvolvimento de estudos e projetos na área de energia, com vistas à otimização, racionalização, controle de qualidade e dos padrões de prestação do suprimento de energia no Estado de São Paulo, por meio de parceria na utilização de conhecimentos técnicos e tecnologias. A Secretaria iniciou tratativas para o encerramento do convênio em 2019, suspendendo as atividades, e o valor remanescente foi quitado em 2023.

22.4. CESSÃO DE EMPREGADOS

Refere-se à cessão de empregados da Companhia, mediante ressarcimento junto às atuais Secretaria de Desenvolvimento Regional, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, órgãos da Administração do Estado de São Paulo. Em 30 de setembro de 2024, o saldo a receber é de R\$ 1.477, vide Nota 7, letra (d).

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1. CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

NOME	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	Ações	%	Ações	%	Ações	%
Centrais Elétricas Bras S.A. Eletrobrás.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.353.442	97,61	50.981	0,23	14.404.423	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo.....	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
Outros.....	1.096	-	7.774.400	34,95	7.775.496	21,04
TOTAL.....	14.705.370	100,00	22.241.714	100,00	36.947.084	100,00

Durante o período findo em 30 de setembro de 2024 não houve emissão de novas ações.

De acordo com o estatuto social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

Cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, mas farão jus à:

- a) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;

Notas Explicativas

b) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie;

c) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;

d) e direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

23.2. LUCRO POR AÇÃO – BÁSICO E DILUÍDO

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação na tabela abaixo contemplam essa condição.

Cálculo de lucros por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e Consolidado			
	9M 24	9M 23	3T 24	3T 23
Lucro líquido do período.....	R\$ 91.720	R\$ 97.832	R\$ 37.693	R\$ 41.102
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370	14.705.370	14.705.370
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714	22.241.714	22.241.714
Total.....	36.947.084	36.947.084	36.947.084	36.947.084
Lucro por ação básico e diluído				
Ação Preferencial.....	R\$ 2,58	R\$ 2,75	R\$ 1,06	R\$ 1,15
Ação Ordinária.....	R\$ 2,34	R\$ 2,50	R\$ 0,96	R\$ 1,05

A quantidade média ponderada de ações adotada no cálculo do lucro básico por ação coincide com a quantidade média ponderada de ações adotada na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial de diluição.

Notas Explicativas

24. RECEITA LÍQUIDA

24.1. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No trimestre

	Controladora		Consolidado	
	3T 24	3T 23	3T 24	3T 23
RECEITA				
Cotas de energia elétrica (Nota 24.2).....	122.558	125.831	122.558	125.831
Suprimento de energia - leilão (Nota 24.2).....	-	-	11.893	11.121
Suprimento de energia - comercializadores (Nota 21.2).....	-	-	152	-
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 24.2).....	-	4	184	325
Renda da prestação de serviços (Nota 24.3).....	851	5.027	851	5.027
Outras receitas (Nota 24.4).....	13.223	857	13.223	857
Receitas relativas à construção de ativos da concessão (Nota 11)...	24.804	44.401	24.804	44.401
	161.436	176.120	173.665	187.562
DEDUÇÕES À RECEITA				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(10.384)	(10.010)	(10.751)	(10.354)
PIS sobre receitas operacionais.....	(2.255)	(2.173)	(2.334)	(2.247)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(42)	(251)	(42)	(251)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(1.076)	(1.114)	(1.076)	(1.114)
	(13.757)	(13.548)	(14.203)	(13.966)
RECEITA LÍQUIDA.....	147.679	162.572	159.462	173.596

No acumulado

	Controladora		Consolidado	
	9M 24	9M 23	9M 24	9M 23
RECEITA				
Cotas de energia elétrica (Nota 24.2).....	377.847	380.254	377.847	380.254
Suprimento de energia - leilão (Nota 24.2).....	-	-	34.743	33.302
Suprimento de energia - comercializadores (Nota 21.2).....	-	-	382	-
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 24.2).....	1	6	261	521
Renda da prestação de serviços (Nota 24.3).....	5.004	11.064	5.004	11.064
Outras receitas (Nota 24.4).....	29.648	2.455	29.658	2.489
Receitas relativas à construção de ativos da concessão (Nota 11)...	58.285	70.689	58.285	70.689
	470.785	464.468	506.180	498.319
DEDUÇÕES À RECEITA				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(31.350)	(35.563)	(32.412)	(36.579)
PIS sobre receitas operacionais.....	(6.807)	(7.721)	(7.036)	(7.941)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(250)	(553)	(250)	(553)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(3.329)	(3.344)	(3.329)	(3.344)
	(41.736)	(47.181)	(43.027)	(48.417)
RECEITA LÍQUIDA.....	429.049	417.287	463.153	449.902

Notas Explicativas

24.2. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA

No trimestre

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	3T 24	3T 23	3T 24	3T 23	3T 24	3T 23	3T 24	3T 23
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica.....	326.744	217.521	122.558	125.831	326.744	217.521	122.558	125.831
Suprimento (b)								
Leilão.....	-	-	-	-	30.359	31.434	11.892	11.121
Comercializadores.....	-	-	-	-	-	-	152	-
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo.....	-	-	-	4	-	-	184	325
Total.....	326.744	217.521	122.558	125.835	357.103	248.955	134.786	137.277

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

No acumulado

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	9M 24	9M 23	9M 24	9M 23	9M 24	9M 23	9M 24	9M 23
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica.....	827.154	986.877	377.847	380.254	827.154	986.877	377.847	380.254
Suprimento (b)								
Leilão.....	-	-	-	-	110.506	98.743	34.742	33.302
Comercializadores.....	-	-	-	-	-	-	382	-
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo.....	-	-	1	6	-	-	261	521
Total.....	827.154	986.877	377.848	380.260	937.660	1.085.620	413.232	414.077

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

a) Cotas de garantia física foram introduzidas pela Lei 12.783/2013 e estão relacionadas a alocação às distribuidoras da garantia física das usinas que assinaram aditivo prorrogando o termo da concessão. Essas usinas passaram a ser remuneradas pela RAG, vide outras informações na Nota 1;

b) Classificam-se como “suprimento” as operações de venda de energia a outras concessionárias de energia elétrica, geralmente, através de contratos firmados em leilões no ACR;

c) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da CCEE.

Notas Explicativas

24.3. RENDAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No trimestre

	Controladora e Consolidado	
	3T 24	3T 23
Petrobras (UTE's) (a).....	-	4.597
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda) (b)..	851	430
	851	5.027

No acumulado

	Controladora e Consolidado	
	9M 24	9M 23
Petrobras (UTE's) (a).....	2.735	8.901
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda) (b)..	2.269	2.163
	5.004	11.064

Receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme demonstrado:

(a) Contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras para a prestação dos serviços de operação das turbinas a vapor 3 e 4 da Usina Termelétrica Piratininga cujo término ocorreu em 27 de abril de 2024.

(b) Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo para operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda.

24.4. OUTRAS RECEITAS

No trimestre

	Controladora		Consolidado	
	3T 24	3T 23	3T 24	3T 23
Cessão de Área (a).....	7.936	-	7.936	-
Usina São Paulo (b).....	4.237	-	4.237	-
Aluguéis.....	1.050	857	1.050	857
	13.223	857	13.223	857

Notas Explicativas**No acumulado**

	Controladora		Consolidado	
	9M 24	9M 23	9M 24	9M 23
Cessão de Área (a).....	13.226	-	13.226	-
Usina São Paulo (b).....	12.712	-	12.712	-
Aluguéis.....	3.710	2.455	3.720	2.489
	29.648	2.455	29.658	2.489

(a) Receita de Aluguel Usina Nova Piratininga;

(b) Área adjacente à Usina São Paulo destinada a exploração comercial (vide Nota 1.5).

25. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

25.1. CONTROLADORA

No trimestre

CONTROLADORA	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	3T 24	3T 23	3T 24	3T 23	3T 24	3T 23	3T 24	3T 23
Encargos de uso da rede elétrica.....	(12.080)	(13.091)	-	-	-	-	(12.080)	(13.091)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(2.161)	(1.367)	-	-	-	-	(2.161)	(1.367)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(388)	(397)	-	-	(388)	(397)
Pessoal.....	(14.176)	(18.721)	(14.154)	(13.954)	-	-	(28.330)	(32.675)
Administradores.....	-	-	(1.110)	(1.223)	-	-	(1.110)	(1.223)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 16).....	(7.622)	(10.286)	-	-	-	-	(7.622)	(10.286)
Material.....	(1.078)	(661)	(374)	(198)	-	-	(1.452)	(859)
Serviço de terceiros.....	(17.261)	(11.404)	(8.227)	(7.322)	-	-	(25.488)	(18.726)
Depreciação/amortização	-	-	(578)	(637)	-	-	(578)	(637)
Aluguéis.....	-	-	(1.887)	(1.630)	-	-	(1.887)	(1.630)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 17.1).....	(5.387)	18.604	-	-	-	-	(5.387)	18.604
Provisão para investimentos na concessão (Nota 19).....	(19.216)	(20.381)	-	-	-	-	(19.216)	(20.381)
(-) Créditos PIS/COFINS.....	2.329	2.384	-	-	-	-	2.329	2.384
IPTU.....	(2.598)	(2.811)	-	-	-	-	(2.598)	(2.811)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 11).....	(24.804)	(44.401)	-	-	-	-	(24.804)	(44.401)
Seguros.....	40	(72)	-	-	-	-	40	(72)
Condomínio.....	-	-	(278)	(174)	-	-	(278)	(174)
Doações filantrópicas.....	-	-	-	-	3	(42)	3	(42)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	125	16	125	16
Baixa - terrenos vinculados à concessão.....	-	-	-	-	-	(2.484)	-	(2.484)
Outras.....	(1.098)	(87)	-	-	-	-	(1.098)	(87)
Total.....	(105.112)	(102.294)	(26.996)	(25.535)	128	(2.510)	(131.980)	(130.339)

No acumulado

CONTROLADORA	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	9M 24	9M 23	9M 24	9M 23	9M 24	9M 23	9M 24	9M 23
Encargos de uso da rede elétrica.....	(38.523)	(38.734)	-	-	-	-	(38.523)	(38.734)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(5.469)	(6.203)	-	-	-	-	(5.469)	(6.203)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(1.182)	(1.187)	-	-	(1.182)	(1.187)
Pessoal.....	(54.335)	(58.568)	(40.235)	(33.061)	-	-	(94.570)	(91.629)
Administradores.....	-	-	(3.719)	(3.845)	-	-	(3.719)	(3.845)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 16).....	(22.867)	(30.858)	-	-	-	-	(22.867)	(30.858)
Material.....	(2.071)	(1.941)	(1.250)	(1.602)	-	-	(3.321)	(3.543)
Serviço de terceiros.....	(45.225)	(40.072)	(25.673)	(21.852)	-	-	(70.898)	(61.924)
Depreciação/amortização	-	-	(1.752)	(1.925)	-	-	(1.752)	(1.925)
Aluguéis.....	-	-	(5.606)	(5.027)	-	-	(5.606)	(5.027)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 17.1).....	(23.512)	6.174	-	-	-	-	(23.512)	6.174
Provisão para investimentos na concessão (Nota 19).....	(59.978)	(67.563)	-	-	-	-	(59.978)	(67.563)
(-) Créditos PIS/COFINS.....	7.093	7.382	-	-	-	-	7.093	7.382
IPTU.....	(8.485)	(9.159)	-	-	-	-	(8.485)	(9.159)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 11).....	(58.285)	(70.689)	-	-	-	-	(58.285)	(70.689)
Seguros.....	(518)	(3.907)	-	-	-	-	(518)	(3.907)
Condomínio.....	-	-	(885)	(684)	-	-	(885)	(684)
Doações filantrópicas.....	-	-	-	-	-	(42)	-	(42)
Patrocínio incentivado.....	-	-	-	-	(504)	(500)	(504)	(500)
Patrocínio não incentivado.....	-	-	-	-	(130)	(74)	(130)	(74)
Indenizações - desapropriações	-	-	-	-	-	23	-	23
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	2.820	767	2.820	767
Baixa - terrenos vinculados à concessão.....	-	-	-	-	-	(2.484)	-	(2.484)
Outras.....	(1.364)	(665)	-	-	-	-	(1.364)	(665)
Total.....	(313.539)	(314.803)	(80.302)	(69.183)	2.186	(2.310)	(391.655)	(386.296)

25.2. CONSOLIDADO

No trimestre

CONSOLIDADO	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	3T 24	3T 23	3T 24	3T 23	3T 24	3T 23	3T 24	3T 23
GSF - Garantia física.....	(560)	(535)	-	-	-	-	(560)	(535)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(12.251)	(13.216)	-	-	-	-	(12.251)	(13.216)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(2.161)	(1.367)	-	-	-	-	(2.161)	(1.367)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(415)	(421)	-	-	(415)	(421)
Pessoal.....	(15.184)	(20.088)	(14.154)	(13.954)	-	-	(29.338)	(34.042)
Administradores.....	-	-	(1.110)	(1.223)	-	-	(1.110)	(1.223)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 16).....	(7.622)	(10.286)	-	-	-	-	(7.622)	(10.286)
Material.....	(1.103)	(791)	(374)	(198)	-	-	(1.477)	(989)
Serviço de terceiros.....	(17.854)	(12.301)	(8.227)	(7.322)	-	-	(26.081)	(19.623)
Depreciação/amortização.....	(1.120)	(1.140)	(578)	(637)	-	-	(1.698)	(1.777)
Aluguéis.....	-	-	(1.887)	(1.630)	-	-	(1.887)	(1.630)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 17.1).....	(5.387)	18.604	-	-	-	-	(5.387)	18.604
Provisão para investimentos na concessão (Nota 19).....	(19.216)	(20.381)	-	-	-	-	(19.216)	(20.381)
(-) Créditos PIS/COFINS.....	2.329	2.384	-	-	-	-	2.329	2.384
IPTU.....	(2.598)	(2.811)	-	-	-	-	(2.598)	(2.811)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 11).....	(24.804)	(44.401)	-	-	-	-	(24.804)	(44.401)
Seguros.....	(79)	(198)	-	-	-	-	(79)	(198)
Condomínio.....	-	-	(278)	(174)	-	-	(278)	(174)
Doações filantrópicas.....	-	-	-	-	3	(42)	3	(42)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	125	16	125	16
Baixa - terrenos vinculados à concessão.....	-	-	-	-	-	(2.484)	-	(2.484)
Outras.....	(1.111)	(100)	-	-	-	-	(1.111)	(100)
Total.....	(108.721)	(106.627)	(27.023)	(25.559)	128	(2.510)	(135.616)	(134.696)

No acumulado

CONSOLIDADO	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	9M 24	9M 23	9M 24	9M 23	9M 24	9M 23	9M 24	9M 23
GSF - Garantia física.....	(1.668)	(1.588)	-	-	-	-	(1.668)	(1.588)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(39.042)	(39.069)	-	-	-	-	(39.042)	(39.069)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(5.469)	(6.203)	-	-	-	-	(5.469)	(6.203)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(1.260)	(1.258)	-	-	(1.260)	(1.258)
Pessoal.....	(57.714)	(62.301)	(40.235)	(33.061)	-	-	(97.949)	(95.362)
Administradores.....	-	-	(3.719)	(3.845)	-	-	(3.719)	(3.845)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 16).....	(22.867)	(30.858)	-	-	-	-	(22.867)	(30.858)
Material.....	(2.129)	(2.254)	(1.250)	(1.602)	-	-	(3.379)	(3.856)
Serviço de terceiros.....	(47.127)	(42.982)	(25.673)	(21.852)	-	-	(72.800)	(64.834)
Depreciação/amortização.....	(3.394)	(3.392)	(1.752)	(1.925)	-	-	(5.146)	(5.317)
Aluguéis.....	-	-	(5.611)	(5.031)	-	-	(5.611)	(5.031)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 17.1).....	(23.512)	6.174	-	-	-	-	(23.512)	6.174
Provisão para investimentos na concessão (Nota 19).....	(59.978)	(67.563)	-	-	-	-	(59.978)	(67.563)
(-) Créditos PIS/COFINS.....	7.093	7.382	-	-	-	-	7.093	7.382
IPTU.....	(8.485)	(9.159)	-	-	-	-	(8.485)	(9.159)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 11).....	(58.285)	(70.689)	-	-	-	-	(58.285)	(70.689)
Seguros.....	(879)	(4.268)	-	-	-	-	(879)	(4.268)
Condomínio.....	-	-	(885)	(684)	-	-	(885)	(684)
Doações filantrópicas.....	-	-	-	-	-	(42)	-	(42)
Patrocínio incentivado.....	-	-	-	-	(504)	(500)	(504)	(500)
Patrocínio não incentivado.....	-	-	-	-	(130)	(74)	(130)	(74)
Indenizações - desapropriações.....	-	-	-	-	-	23	-	23
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	2.820	767	2.820	767
Baixa - terrenos vinculados à concessão.....	-	-	-	-	-	(2.484)	-	(2.484)
Outras.....	(1.402)	(704)	-	-	-	-	(1.402)	(704)
Total.....	(324.858)	(327.474)	(80.385)	(69.258)	2.186	(2.310)	(403.057)	(399.042)

Notas Explicativas**26. RESULTADO FINANCEIRO****No trimestre**

	Controladora		Consolidado	
	3T 24	3T 23	3T 24	3T 23
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	10.498	13.818	11.108	14.478
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga (Nota 6)...	-	1.391	-	1.391
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 22.1).....	1.216	1.247	1.216	1.247
(-) Tributos sobre receitas financeiras.....	(535)	(691)	(535)	(691)
Atualizações de Créditos Tributários.....	241	1	241	37
Outras.....	34	3	41	(33)
	11.454	15.769	12.071	16.429
Despesas				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(3)	(125)	(3)	(202)
Juros sobre RGR.....	(53)	(75)	(53)	(75)
IOF.....	-	(222)	-	(227)
Outras.....	-	-	-	76
	(56)	(422)	(56)	(428)
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga (Nota 6).....	(1)	2.038	(1)	2.038
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 22.1).....	1.295	1.097	1.295	1.097
Outras variações monetárias.....	739	1.032	739	1.032
	2.033	4.167	2.033	4.167
	13.431	19.514	14.048	20.168

No acumulado

	Controladora		Consolidado	
	9M 24	9M 23	9M 24	9M 23
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	31.242	40.960	32.647	42.975
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga (Nota 6)...	2.897	5.062	2.897	5.062
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 22.1).....	3.588	3.678	3.588	3.678
(-) Tributos sobre receitas financeiras.....	(1.588)	(2.073)	(1.588)	(2.073)
Atualizações de Créditos Tributários.....	273	269	273	305
Outras.....	34	3	54	3
	36.446	47.899	37.871	49.950
Despesas				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(41)	(829)	(42)	(906)
Juros sobre RGR.....	(176)	(242)	(176)	(242)
IOF.....	(44)	(854)	(44)	(869)
	(261)	(1.925)	(262)	(2.017)
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga (Nota 6).....	7.237	813	7.237	813
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 22.1).....	4.861	4.702	4.861	4.702
Outras variações monetárias.....	2.597	3.359	2.597	3.359
	14.695	8.874	14.695	8.874
	50.880	54.848	52.304	56.807

Notas Explicativas

27. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operações (a).....	09/05/24	09/05/25	40.000	460
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (b)...	05/12/23	05/12/24	70.000	190
Seguro de Veículos - Caminhões (c).....	11/09/23	11/09/24	1.078	8
Seguro Riscos Operacionais PPEN (d).....	12/01/24	12/01/25	140.953	480
Seguro Empresarial - Condomínio (e).....	01/08/23	01/08/24	6.300	2
Seguro Aeronáutico Reta - Drone (f).....	19/01/24	19/01/25	608	1
Seguro Garantia Fiança Locatícia (g).....	12/04/22	31/01/26	6.676	123
Seguro Empresarial - Imóvel Rua Augusta (h).....	27/11/23	27/11/24	40.367	13
			305.982	1.277

- a) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia a terceiros;
- b) Proteção aos segurados contra eventuais processos judiciais por danos materiais e/ou morais causados de forma involuntária no exercício de suas atividades profissionais (*Directors and officers*);
- c) Cobertura de Colisão Incêndio Roubo e Danos Materiais e Pessoais de 05 caminhões próprios da EMAE;
- d) Cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos da PCH Pirapora;
- e) Seguro do condomínio;
- f) Seguro do drone de propriedade da companhia;
- g) Seguro fiança da sede administrativa; e
- h) Seguro contra incêndio, queda de raio, explosão e danos elétricos para imóvel localizado na Rua Augusta, 1626.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30.09.24	31.12.23	30.09.24	31.12.23
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3).....	141	409	141	409
Aplicações financeiras (Nota 3).....	388.272	411.935	406.810	425.873
Revededores (Nota 4).....	41.395	42.003	46.783	47.269
Arrendamento UTE Piratininga (Nota 6).....	154.710	144.576	154.710	144.576
Outros créditos (Nota 7).....	10.921	8.965	4.959	1.457
Cauções e depósitos vinculados (Nota 9).....	59.456	57.955	59.456	57.955
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 22.1).....	104.970	96.521	104.970	96.521
Ativo financeiro indenizável (Nota 11).....	421.871	375.887	421.871	375.887
Ativo reversível da concessão (Nota 12).....	195.374	195.374	195.374	195.374
Fornecedores.....	8.795	4.639	9.321	5.136
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	3.532	31.586	3.532	31.586
Outras obrigações - Investimentos na concessão (Nota 19)....	490.894	445.067	490.894	445.067

Todos os instrumentos financeiros estão classificados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

Mensuração do valor justo

Os valores registrados são uma aproximação razoável dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade principal da Companhia é geração de energia no regime de cotas, conforme estabelecido na lei 12.783/13, com concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). A atividade de sua Controlada é produção independente de energia, a qual foi comercializada através de contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

a. Riscos de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente seus níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

i. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia e sua controlada não detinham instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

ii. Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, classificados na conta de Revendedores (Nota 4). Este risco é avaliado pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento e das cotas de energia elétrica - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas no recebimento; e (2) para recebíveis decorrentes da renda de prestação de serviços - o porte de seus clientes e a análise prévia de crédito.

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 388.413 e R\$ 406.951, controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 412.344, controladora, e R\$ 426.282, consolidado, em 31 de dezembro de 2023), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Notas Explicativas

Os principais recebíveis com exposição máxima de risco de crédito são:

	Controladora e Consolidado	
	30.09.24	31.12.23
Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (Nota 6).....	154.710	144.576
Ativo financeiro indenizável (Nota 11).....	421.871	375.887
Ativo reversível da concessão (Nota 12).....	195.374	195.374
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 22.1).....	104.970	96.521
	876.925	812.358

O risco de crédito sobre as contas a receber de arrendamento financeiro é avaliado como baixo pois depende da capacidade financeira da contraparte (Petrobras) em efetuar os pagamentos nos prazos contratuais.

O ativo financeiro indenizável refere-se a valores a serem ressarcidos pelo Poder Concedente através das tarifas da concessão. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo uma vez que estes valores foram incorporados à Receita a partir da Revisão Tarifária de 2018.

O ativo reversível da concessão refere-se à indenização pelo Poder Concedente de ativos não totalmente depreciados ou amortizados na data de adesão ao regime de cotas. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo uma vez que estes valores já foram avaliados e aprovados pela Diretoria da ANEEL. O processo de homologação pelo Ministério de Minas e Energia está em curso.

A realização do Ativo financeiro - Sabesp depende da capacidade financeira da contraparte (SABESP) de efetuar os pagamentos nos prazos conforme estabelecido em contrato. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias não há atrasos no recebimento desse ativo financeiro.

iii. Exposição a riscos cambiais

Durante o período findado em 30 de setembro de 2024, a Companhia e sua controlada não realizaram transações relevantes em moeda estrangeira.

iv. Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada são efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária e em 30 de setembro de 2024, estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos das variações nas taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras modificarem-se de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Taxas de juros efetivas de 30 de setembro de 2024, com CDI overnight de 10,65% a.a.

	Saldo 30.09.24 Nota 3	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		10,65%	13,31%	15,98%
Controladora	388.272	41.351	51.689	62.026
Consolidado	406.810	43.325	54.157	64.988

	Saldo 30.09.24 Nota 3	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		10,65%	7,99%	5,33%
Controladora	388.272	41.351	31.013	20.675
Consolidado	406.810	43.325	32.494	21.663

O Contrato de Arrendamento da UTP Piratininga é atualizado mensalmente a uma taxa de 9,32% ao ano mais IGPM.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IGPM, considerou-se uma taxa de 9,32% a.a., imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 30 de setembro de 2024, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IGPM equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

	Saldo 30.09.24 Nota 6	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IGPM	4,01%	13,70%	14,80%	15,90%
Arrendamento UTP	154.710	21.201	22.897	24.592

	Saldo 30.09.24 Nota 6	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IGPM	4,01%	13,70%	12,61%	11,51%
Arrendamento UTP	154.710	21.201	19.506	17.810

Boletim focus de 14 de outubro de 2024

O acordo Sabesp é atualizado a uma taxa de 6,89% mais prêmio de risco de 1,29% ambos ao ano.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IPCA, considerou-se uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% a.a. fixos, imputados no contrato e efetuou-se

Notas Explicativas

a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 30 de setembro de 2024, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IPCA equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

	Saldo 30.09.24 Nota 22.1	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IPCA	4,88%	13,55%	14,87%	16,20%
SABESP	104.970	14.227	15.614	17.000

	Saldo 30.09.24 Nota 22.1	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IPCA	4,88%	13,55%	12,23%	10,91%
SABESP	104.970	14.227	12.841	11.454

Boletim focus de 14 de outubro de 2024

v. Risco de liquidez

A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa e equivalentes de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

Consolidado	Até de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores.....	9.321	-	-	-	-	9.321
Dividendos/JSCP	3.532	-	-	-	-	3.532
Total	12.853	-	-	-	-	12.853

b. Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico das usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. A PCH Pirapora, de propriedade de sua controlada, aderiu à repactuação do risco hidrológico conforme Lei 13.203/2015 no produto SP 100.

c. Risco de preço

A principal atividade da EMAE está exposta ao risco de variações de tarifa.

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 anos e

Notas Explicativas

um reajuste tarifário em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária. Portanto, as tarifas praticadas pela Companhia estão sujeitas ao controle do órgão regulador. De acordo com a fórmula paramétrica prevista na subcláusula 3ª da Cláusula 6ª do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Nesse sentido, a receita paramétrica está sujeita a variações em função de:

- Revisão de parâmetros de despesas a cada 5 anos;
- Revisão do WACC regulatório que remunera os investimentos da concessão, e
- Impacto do desempenho apurado (disponibilidade e geração média).

Os preços de comercialização de energia elétrica da controlada Pirapora são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, os quais são ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador.

A ANEEL homologou a Receita Anual de Geração (RAG) para 2024/2025, Resolução Homologatória n.º 3553/2024, com redução da GAG, parcela que remunera o custo da gestão de ativos de geração, de 2,16% em relação ao período anterior. Houve queda, pois, a revisão tarifária de 2023 promoveu a redução gradual do componente GAG Melhorias (ciclo 2023/2028) e a aplicação anual do redutor “fator X” do componente GAG O&M. Além disso, a Resolução definiu o Ajuste por Indisponibilidade - AJI positivo da ordem de R\$ 4,1 milhões para o ciclo em função do desempenho operacional.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG O&M (a)	GAG MELHORIAS (b)	CAIMI (c)	USO D (e)	USO T (e)	AJI (d)	TFSEE (e)	P&D (e)	RAG
Henry Borden.....	194.141	160.698	11.920	38.065	3.886	4.144	1.484	4.170	418.508
Porto Góes.....	4.570	4.830	282	959	-	-	39	107	10.787
Rasgão.....	3.854	3.860	250	1.162	-	-	32	92	9.250
	202.565	169.388	12.452	40.186	3.886	4.144	1.555	4.369	438.545

Fonte: REH 3.353/2024 Nota técnica n.º 110/2024

d. Risco de regulação

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua controlada.

e. Risco de alteração na legislação tributária

O Governo Federal poderá implantar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.

Notas Explicativas

f. Risco relacionado à integridade do empreendimento

A Companhia opera barragens de reservatórios hidrelétricos (“barragens”) em regiões densamente habitadas. Eventuais acidentes podem afetar comunidades no entorno dessas estruturas. A exploração do setor hidrelétrico, conforme delineado no Contrato de Concessão de que é titular, é realizada considerando os riscos inerentes à sua operação, inclusive aqueles de reduzida probabilidade, como o rompimento ou galgamento das barragens. Nessas hipóteses, a Companhia poderá ser acionada judicialmente com pedidos de indenização e, conseqüentemente, poderá ter sua situação financeira adversamente afetada. Para mitigar esses riscos a Companhia adota procedimentos de segurança das barragens, nos termos da legislação vigente, que estão descritos a seguir.

g. Segurança das Barragens

O sistema de segurança das barragens da EMAE foi estabelecido segundo o disposto na Lei federal nº 12.334/2010, modificada pela Lei federal 14.066/2020 que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens, e na Resolução Normativa ANEEL nº 1.064/2023 que em conexão com a referida Lei federal estabelece critérios para classificação e formulação do Plano de Segurança de Barragens e Revisão Periódica de Segurança

Nesse contexto, os procedimentos de segurança das barragens da EMAE compreendem a execução de inspeções regulares de segurança mediante vistorias nas estruturas, monitoramento e a análise da instrumentação associadas aos Programas de Manutenções Preditiva e Preventiva.

Adicionalmente, a EMAE conta em sua equipe com engenheiros especializados em barragens, meio ambiente e técnico em edificações que realizam essas inspeções e elaboram a documentação técnica, assegurando a segurança das estruturas de suas barragens.

Classificação de Risco de Barragens

Classe “A” - São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial associado alto e cujas anomalias necessitam intervenção de curto prazo para manutenção das condições de segurança, não significa necessariamente casos de risco imediato de ruptura.

Classe “B” - São barragens que apresentam categoria de risco médio ou baixo e dano potencial associado, alto, médio ou baixo e cujas anomalias, se presentes devem ser controladas, monitoradas e as intervenções podem ser implementadas ao longo do tempo para manutenção das condições de segurança.

Classe “C” - São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial médio ou baixo e que não apresentam anomalias e as existentes não comprometem a segurança da barragem.

A EMAE não possui barragens classificadas na classe de risco “A”.

h. Risco relacionado ao desenvolvimento de atividades nas principais regiões metropolitanas do Estado

Os reservatórios da EMAE estão localizados na Região Metropolitana de São Paulo e sofrem as pressões urbanas decorrentes dessa localização, notadamente por se tratar de região densamente povoada e palco de diversos conflitos pelo uso do solo, abastecimento público de água, controle de cheias e questões ambientais. Esse cenário pode impactar adversamente

Notas Explicativas

a Companhia, em especial pela ocupação de suas áreas urbanas e margens, com impactos negativos do ponto de vista social, ambiental e operacional da Companhia.

i. Risco na gestão do Sistema Hídrico Tietê/Pinheiros (Controle de Cheias)

Por meio da Resolução nº 72, de 25 de março de 1998, a ANEEL transferiu para a EMAE os direitos de exploração dos serviços públicos de energia elétrica, notadamente para exercer as operações voltadas à geração de energia elétrica.

Nesse sentido, a EMAE realiza na gestão do sistema hídrico Tietê/Pinheiros, dentre outras, as atividades inerentes ao controle de vazão dos Rios, com a finalidade de evitar inundações em suas margens. Entretanto, eventual ocorrência de inundações pode ser vinculada às atividades desenvolvidas pela Companhia.

j. Risco na operação e manutenção das balsas - Reservatório Billings

A Companhia, por força da sucessão de obrigações da antiga Light, em função do enchimento do reservatório Billings, opera e mantém, travessias por meio de balsas em três pontos do reservatório, transportando pedestres e veículos. O serviço atende a todas as normas de segurança emanadas pela Marinha do Brasil, no entanto, a administração não tem meios de apurar com precisão os impactos de um eventual acidente com essas embarcações

k. Risco de cobertura de déficit atuarial

Conforme informado na nota explicativa nº 16 - Benefícios pós-emprego, previdência complementar a Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, denominados Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão (PSAP/EMAE) e o Plano de Contribuição Definida (EMAE CD).

Em função das características do PSAP/EMAE, déficits podem ser apurados pela alteração dos parâmetros atuariais utilizados a cada reavaliação, tais como: descasamento do indexador do patrimônio de cobertura com o indexador de reajuste dos benefícios, taxa de juros real, tábua de mortalidade, inflação, entre outros. Conforme determina à regulamentação aplicável a previdência complementar, déficits apurados devem ser equacionados e, dessa forma, há o risco de elevação das despesas previdenciárias.

Para mitigar esse risco, além de outras medidas, em maio de 2018 a Companhia fechou o PSAP/EMAE para novas adesões e passou a oferecer aos novos entrantes apenas o Plano de Contribuição Definida, o EMAE CD. Adicionalmente, desde maio de 2021 o indexador de reajuste dos benefícios do PSAP/EMAE passou a ser o IPCA, mitigando o descasamento entre ativos e passivos do plano.

Notas Explicativas

30. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de concessão

Em 4 de dezembro de 2012 a EMAE celebrou com a União o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões relativas ao complexo Henry Borden e as usinas hidrelétricas Rasgão e Porto Góes. Em 7 de outubro de 2022 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao contrato tendo como objeto adequar o referido contrato de modo a formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden e Porto Góes, prorrogando até 7 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Henry Borden e até 24 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Porto Góes.

b) Contrato de autorização

A Controlada Pirapora Energia S.A. é autorizada a explorar a PCH Pirapora como Produtor Independente de Energia Elétrica, pela Resolução Autorizativa ANEEL n.º 1429/2008, com vigência de 30/12/2014 até 02/05/2045, conforme alterada pela Resolução Autorizativa ANEEL n.º 14.896/2023.

c) Contratos de uso do sistema de transmissão e distribuição

A Companhia mantém os seguintes contratos de transmissão e distribuição:

Unidade	Tipo de conexão	Companhia
Henry Borden	Transmissão	CTEEP - Cia. De Transmissão de Energia Elétrica Paulista (SIN)
Henry Borden	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Porto Goes	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Rasgão	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica
PESA S.A	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica

Todos os contratos possuem prazo de vigência até a data de extinção da autorização ou extinção da Companhia, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

31. ALTERAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o período findo em 30 de setembro de 2024, a Companhia e sua controlada realizaram as seguintes operações não caixa:

	Controladora			30.09.24
	31.12.23	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	
Arrendamento UTP.....	(144.576)	-	(10.134)	(154.710)
Ativo financeiro indenizável.....	(375.887)	(64.051)	18.067	(421.871)
Investimentos.....	(298.007)	(20.000)	16.858	(301.149)
Imobilizado.....	(76.907)	(14)	891	(76.030)
Intangível.....	(16.523)	(3.300)	861	(18.962)

	Consolidado			30.09.24
	31.12.23	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	
Arrendamento UTP.....	(144.576)	-	(10.134)	(154.710)
Ativo financeiro indenizável.....	(375.887)	(64.051)	18.067	(421.871)
Imobilizado.....	(217.926)	(328)	4.253	(214.001)
Intangível.....	(16.556)	(3.300)	894	(18.962)

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Transferência do Controle Acionário:

Em 02 de outubro de 2024 foi celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo e a Phoenix Água e Energia S.A. o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”), anexo I ao Edital SPI n.º 01/2024 de Alienação de Ações do Capital Social da EMAE, da Secretaria de Parcerias em Investimentos do Governo do Estado de São Paulo

O controle acionário da Companhia está detido diretamente pela sociedade de propósito específico Phoenix Água e Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 55.346.267/0001-27, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1811, Sala 1.119, São Paulo - SP, e indiretamente pelo Phoenix Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ 54.393.170/0001-02, vencedor do leilão promovido pelo Estado de São Paulo.

O Contrato firmado transfere à Compradora o controle acionário da EMAE, composto por 11.009.566 ações ordinárias e 50.981 ações preferenciais, anteriormente detidas pelo Estado de São Paulo e pela Companhia do Metropolitano de São Paulo. Tais ações ordinárias são representativas de 74,867657% do capital votante da Companhia. As ações preferenciais são representativas de 0,229213% das ações preferenciais da Companhia, representando, assim, 29,936183% do capital social total da Companhia.

Notas Explicativas

Aprovações Regulatórias

A transferência de controle foi anuída previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio do Despacho nº 2.379, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 23 de agosto de 2024, e aprovada sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), conforme Despacho SG nº 1.042/2024, publicado no DOU em 09 de setembro de 2024, com a emissão da certidão de trânsito em julgado em 25 de setembro de 2024.

Efeitos da Operação

A transação torna efetiva a desestatização da EMAE e a transferência do controle acionário para a Phoenix Água e Energia S.A.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. – EMAE
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. – EMAE contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21(R4) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Ativo Reversível da Concessão

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 12, visto que os balanços patrimoniais individual e consolidado apresentam, na rubrica de ativo reversível da concessão, no Realizável a Longo Prazo – Ativo Não Circulante, o montante de R\$ 195.374 mil em 30 de setembro de 2024 (R\$ 195.374 mil em 31 de dezembro de 2023), referente aos investimentos a serem indenizados pelo poder Concedente (ANEEL) de acordo com o artigo 2º do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, e a Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os quais foram mensurados pela Companhia com base no valor residual. Atendendo ao requerido no Decreto, em 26 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu ofício à ANEEL manifestando interesse em receber a devida indenização. Com base na Resolução Normativa ANEEL nº 942/21, a EMAE, em julho de 2022, encaminhou à ANEEL o relatório detalhado de avaliação de bens para fins de indenização. A ANEEL, após diligência sobre os itens e valores a indenizar, estabeleceu em Diretoria o valor de R\$ 281,1 milhões, base 31 de dezembro de 2012. Em 23 de abril de 2024 os autos do processo foram enviados pela ANEEL para análise do Ministério de Minas e Energia pelo Ofício nº 01/2024 – DIR/ANEEL, para reconhecimento da indenização dos investimentos da EMAE. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ativo não Circulante mantido para Venda

Conforme Nota Explicativa nº 10, em 30 de setembro de 2024, a Companhia apresenta na conta Ativo Não Circulante Mantido Para Venda o montante de R\$ 255.400 mil (R\$ 255.400 mil em 31 de dezembro de 2023). A partir do exercício de 2022, a Companhia, com base em Laudos de Avaliação elaborados por Instituições certificadas, registrou a valor justo dois imóveis: o terreno relativo ao Parque Villa Lobos, objeto de permuta com o Edifício situado na Rua Augusta, e o Terreno Zuccolo (Bota-Fora 14), ambos classificados inicialmente como propriedades para investimento, sendo realocados posteriormente como Ativo Não Circulante Mantido Para Venda após deliberação em reunião do Conselho de Administração, que autorizou suas alienações por meio de processo licitatório. Apesar dos esforços da administração, até o momento, não houve qualquer negociação ou acordo de venda ou em vias de ser assinado. Cabe destacar que, para fins fiscais, os valores das vendas serão realizados conforme hipóteses previstas no parágrafo 6º, artigo 13, inciso 6º, itens 1º a 4º do Regulamento do Imposto de Renda e, para fins societários, será aplicado o disposto no item 62 da NBC TG 28 (R4) – Propriedade para Investimento. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Evento Subsequente

Transferência do Controle Acionário

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 32, em 02 de outubro de 2024 foi celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo e a Phoenix Água e Energia S.A. o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”), anexo I ao Edital SPI n.º 01/2024 de Alienação de Ações do Capital Social da EMAE, da Secretaria de Parcerias em Investimentos do Governo do Estado de São Paulo. O controle acionário da Companhia está detido diretamente pela sociedade de propósito específico Phoenix Água e Energia S.A. e indiretamente pelo Phoenix Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, vencedor do leilão promovido pelo Estado de São Paulo. O Contrato firmado transfere à Compradora o controle acionário da EMAE, composto por 11.009.566 ações ordinárias e 50.981 ações preferenciais, anteriormente detidas pelo Estado de São Paulo e pela Companhia do Metropolitano de São Paulo. Tais ações ordinárias são representativas de 74,867657% do capital votante da Companhia. As ações preferenciais são representativas de 0,229213% das ações preferenciais da Companhia, representando, assim, 29,936183% do capital social total da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Independência

Também fornecemos aos responsáveis pela governança uma declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicáveis, as respectivas salvaguardas.

Barueri, 22 de outubro de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

Wesley Fernandes Tuaf Garcia
Contador CRC SP 329.869/O-8
Sócio

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85, 16º andar, Bairro Cidade Monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de setembro de 2024; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, relativamente às Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de setembro de 2024.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85, 16º andar, Bairro Cidade Monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de setembro de 2024; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, relativamente às Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de setembro de 2024.